

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Termo de Referência 157/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
157/2025	158517-UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	JOEL BAVARESCO	03/11/2025 16:18 (v 0.6)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	110/2025	23205.027258/2025-19

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. AQUISIÇÃO DE MÓVEIS SOB MEDIDA E DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO DE UMA SALA DE ACOLHIMENTO SENSORIAL NO CAMPUS CHAPECÓ DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL, *incluindo instalação e montagem do ambiente*, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação do Material	Unid.	Quant.	Valor	Total
LOTE/GRUPO 1: GRUPO 1					R\$ 92.417,92
1	3020001100030	UNIDADE	6	R\$ 246,55	1.479,30
	ALMOFADA EM TECIDO FACTO, COR CINZA				
	ALMOFADA COM APROXIMADAMENTE 0,60 M X 0,60 M, FORRADA EM TECIDO FACTO PADRÃO LINHO OU SIMILAR, HIDRORREPELENTE OU IMPERMEÁVEL, COR CINZA. ACOMPANHA ENCHIMENTO EM FIBRA SILICONADA 100% POLIÉSTER.				
	CATMAT/CATSER:630335				
	Quant. Int.				
158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL			6	R\$ 1.479,30	
2	3020001100029	UNIDADE	6	R\$ 187,52	1.125,12
	ALMOFADA EM TECIDO SUEDE, COR AZUL				
	ALMOFADA COM APROXIMADAMENTE 0,45 M X 0,45 M FORRADA EM TECIDO SUEDE, COR AZUL MARINHO. ACOMPANHA ENCHIMENTO EM FIBRA SILICONADA 100% POLIÉSTER.				
	CATMAT/CATSER:630335				
	Quant. Int.				
158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL			6	R\$ 1.125,12	
3	3020001100028	UNIDADE	6	R\$ 208,18	1.249,08
	ALMOFADA EM TECIDO SUEDE, COR VERDE				
	ALMOFADA COM APROXIMADAMENTE 0,45 M X 0,45 M FORRADA EM TECIDO SUEDE, COR VERDE SALVIA. ACOMPANHA ENCHIMENTO EM FIBRA SILICONADA 100% POLIÉSTER.				
	CATMAT/CATSER:630335				

	Quant. Int.				
	158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	6	R\$ 1.249,08		
4	3026006100204	UNIDADE	1	R\$ 351,92	351,92
	ARANDELA DE PAREDE COM LÂMPADA				
	ARANDELA DE PAREDE ROMA MOBILE ARTICULADO 24 X 16,5 X 22 CM EM METAL NA COR BRANCA, REFERÊNCIA MODELO TKS PRELÚDIO ILUMINAÇÃO, CONTENDO 1 LÂMPADA LED BULBO E27 3000K 9W, INCLUSIVE BOTÃO DE AÇIONAMENTO DE EMBUTIR PARA MÓVEIS.				
	CATMAT/CATSER:240864				
	Quant. Int.				
	158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	1	R\$ 351,92		
5	5242014100139	UNIDADE	1	R\$ 2.234,18	2.234,18
	BALANÇO NINHO SUSPENSO				
	BALANÇO SENSORIAL EM FORMA DE NINHO SUSPENSO COM ESTRUTURA EM ALUMÍNIO, REVESTIMENTO EM FIBRA SINTÉTICA E ESTOFADO REVESTIDO EM TECIDO IMPERMEÁVEL NA COR CINZA. A CORRENTE DEVE MEDIR APROXIMADAMENTE 1,30M E 02 MOSQUETÕES. DIMENSÕES APROXIMADAS DE 1,17M X 1,17M X 0,75M. DEVE SUPORTAR ATÉ 170 KG. MARCA/MODELO DE REFERÊNCIA: TRAMA ORIGINAL/HUNGRIA.				
	CATMAT/CATSER:630416				
	Quant. Int.				
	158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	1	R\$ 2.234,18		
6	3020001100031	UNIDADE	1	R\$ 649,50	649,50
	COLCHONETE FUTON - COR CINZA				
	COLCHONETE TIPO FUTON COM APROXIMADAMENTE 0,88 M X 1,88 M X 0,08 M FORRADO EM TECIDO FACTO PADRÃO LINHO OU SIMILAR, HIDORREPELENTE OU IMPERMEÁVEL, COR CINZA				
	CATMAT/CATSER:603494				
	Quant. Int.				
	158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	1	R\$ 649,50		
	5242014100140	UNIDADE	1	R\$ 83.576,67	83.576,67
	SALA DE ACOLHIMENTO SENSORIAL - MARCENARIA				
	CONJUNTO DE MÓVEIS PLANEJADOS PARA SALA DE ACOLHIMENTO SENSORIAL, CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO ELABORADO PELA SECRETARIA ESPECIAL DE OBRAS DA UFFS, COMPOSTO POR:				
	1. ESTRUTURA EM MARCENARIA FIXA PARA CRIAÇÃO DE SALAS DE APLICAÇÃO DE PROVAS, COMPOSTA POR:				
* 10,55 M LINEARES DE PAREDES DIVISÓRIAS COM 2,75 M DE ALTURA, DUPLADAS EM PAINEIS MDF PADRÃO MELAMÍNICO CARVALHO ARAUCO OU SIMILAR, ESPESSURA 18MM, ESTRUTURADAS COM PERFIS METÁLICOS INTERNOS DE SUSTENTAÇÃO ENTRE OS DOIS PAINEIS E COM PÉS NIVELADORES METÁLICOS;					
* 19,3 M² DE REBAIXAMENTO DE TETO EM PAINEIS MDF PADRÃO MELAMÍNICO CARVALHO ARAUCO OU SIMILAR, ESPESSURA 18MM, ESTRUTURADAS COM PERFIS METÁLICOS DE SUSTENTAÇÃO FIXADOS À LAJE DE COBERTURA.					
1.2. MOBILIÁRIO EM MARCENARIA FIXA PARA SALAS DE APLICAÇÃO DE PROVAS, COMPOSTO POR:					
*2 BANCADAS EM FORMATO “L” COM MESA APOIADA SOBRE MÓVEL BAIXO COM 3 GAVETÕES, SENDO O CONJUNTO EM MDF PADRÃO MELAMÍNICO 18 MM CARVALHO ARAUCO OU SIMILAR E AS FRENTES DOS GAVETÕES EM MDF PADRÃO MELAMÍNICO 18 MM SÁLVIA ARAUCO OU SIMILAR. CADA BANCADA RECEBERÁ 3 PUXADORES DE SOBREPOR 20 CM EM ZAMAC ACABAMENTO AÇO ESCOVADO;					
* ARMÁRIO 2 PORTAS, COM PRATELEIRAS INTERNAS, 2 PUXADORES SOBREPOR 20 CM EM ZAMAC ACABAMENTO AÇO ESCOVADO, DIMENSÕES 1,38 X 2,20 X 0,55 M, EM MDF PADRÃO MELAMÍNICO 18 MM CARVALHO ARAUCO OU SIMILAR E AS FRENTES DAS PORTAS EM MDF PADRÃO MELAMÍNICO 18 MM SÁLVIA ARAUCO OU SIMILAR. O INTERIOR DO ARMÁRIO E AS PRATELEIRAS SERÃO EM MELAMINA BRANCA.					

7	* 7,60 M LINEARES DE PAINÉIS DE REVESTIMENTO DE PAREDE, COM 2,75 M DE ALTURA, EM MDF PADRÃO MELAMÍNICO 18 MM SÁLVIA ARAUCO OU SIMILAR, COM NEGATIVOS CONFORME PROJETO.			
	2. MOBILIÁRIO EM MARCENARIA FIXA PARA ÁREA DE RELAXAMENTO, COMPOSTO POR:			
	* TABLADO ACESSÍVEL EM FORMATO SINUOSO, CONFORME PROJETO, EXECUTADO EM PAINEIS MDF PADRÃO MELAMÍNICO CARVALHO ARAUCO OU SIMILAR, ESPESSURA 18MM, ESTRUTURADAS COM PERFIS METÁLICOS INTERNOS DE SUSTENTAÇÃO JUNTO AO PISO E COM PÉS NIVELADORES METÁLICOS;			
	* 10,3 M LINEARES DE REVESTIMENTO DE PAREDE COM 0,96 M DE ALTURA, EXECUTADO EM PAINEIS MDF PADRÃO MELAMÍNICO CARVALHO ARAUCO OU SIMILAR, ESPESSURA 18MM, SENDO QUE DESTES, UM TRECHO COM FORNECIMENTO DE FITA LED DIMERIZÁVEL COM 6,60M DE COMPRIMENTO, INSTALADA NA MARCENARIA, COM BOTÃO ACIONADOR DIMERIZÁVEL E FONTE COMPATÍVEL COM A FITA;			
8	* 6,60 M LINEARES DE PAINÉIS DE REVESTIMENTO DE PAREDE, COM 2,15 M DE ALTURA, EM MDF PADRÃO MELAMÍNICO 18 MM SÁLVIA ARAUCO OU SIMILAR, COM NEGATIVOS CONFORME PROJETO.			
	3. MOBILIÁRIO EM MARCENARIA FIXA PARA ÁREA DE LANCHE E LEITURA, COMPOSTO POR:			
	* MÓVEL COM DIMENSÕES DE 4,40 M X 2,40 M X 0,60 M, CONFORME PROJETO, EXECUTADO EM PAINEIS MDF PADRÃO MELAMÍNICO CARVALHO ARAUCO OU SIMILAR, ESPESSURA 18MM, COM DETALHES EM MDF PADRÃO MELAMÍNICO 18 MM SÁLVIA ARAUCO OU SIMILAR, CONTENDO GAVETÃO, ARMÁRIO SUPERIOR BASCULANTE, PRATELEIRAS, MESA, NICHOS DE LEITURA E BANCOS ESTOFADOS EM TECIDO FACTO PADRÃO LINHO CINZA;			
	* BANCADA PARA LANCHES DIMENSÕES 2,20 M X 1,06 M X 0,60 M, COM TAMPO E CORPO EM MDF PADRÃO MELAMÍNICO CARVALHO ARAUCO OU SIMILAR E FRENTES DE PORTAS E GAVETAS EM MDF PADRÃO MELAMÍNICO 18 MM SÁLVIA ARAUCO OU SIMILAR, COM 5 PUXADORES DE SOBREPOR 20 CM EM ZAMAC ACABAMENTO AÇO ESCOVADO.			
9	CATMAT/CATSER:305130			
	Quant. Int.			
	158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	1	R\$ 83.576,67	
	3026006100203	UNIDADE	3	R\$ 140,09 420,27
10	SPOT DE EMBUTIR LED - REDONDO			
	SPOT DE EMBUTIR LED MÓBILI REDONDO PARA MÓVEIS 100° IRC 90 3000K BIVOLT 5,8 CM X 2,1 ABS E POLICARBONATO BRANCO, REFERÊNCIA MODELO STL 21915BR/30 DO FABRICANTE STELLA OU SIMILAR EM QUALIDADE E CARACTERÍSTICAS, INCLUSIVE BOTÃO DE ACIONAMENTO DE EMBUTIR PARA MÓVEIS.			
	CATMAT/CATSER:419960			
	Quant. Int.			
9	158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	3	R\$ 420,27	
	3014003100107	UNIDADE	2	R\$ 101,35 202,70
	SUPORTE DE PAREDE PARA BOLA DE PILATES			
	SUPORTE DE PAREDE PARA BOLA DE PILATES. O ITEM DEVE SER FABRICADO EM AÇO E TER PINTURA ELETROSTÁTICA NA COR BRANCA. O DIÂMETRO DEVE SER DE APROXIMADAMENTE 38CM.			
10	CATMAT/CATSER:446837			
	Quant. Int.			
	158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	2	R\$ 202,70	
	3025001100185	UNIDADE	1	R\$ 675,00 675,00
10	SUPORTE PARA BALANÇO NINHO			
	SUPORTE PARA BALANÇO NINHO, TIPO GANCHO EXTENSOR COM MEDIDAS DE APROXIMADAMENTE 23CM A 35CM DO TETO. DEVE SER FABRICADO EM AÇO PINTADO, E POSSUIR 4 PARAFUSOS CHUMBADORES PARABOLTS MECÂNICOS/ METÁLICOS DE AÇO PARA INSTALAÇÃO.			
	CATMAT/CATSER:445444			
	Quant. Int.			
10	158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	1	R\$ 675,00	

11	3026006100205	UNIDADE	2	R\$ 227,09	454,18
	TRILHO ELETRIFICADO COM SPOTS LED				
	TRILHO ELETRIFICADO 106CM COM 03 SPOTS LED 6000K 5W BIVOLT 10,5 X 6 X 6,5 CM, ALUMÍNIO E PLÁSTICO PRETO, REFERÊNCIA MODELO LM 1056 DO FABRICANTE LUMINATTI BY DANURI, OU SIMILAR EM QUALIDADE E CARACTERÍSTICAS.				
	CATMAT/CATSER:608304				
	Quant. Int.				
	158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	2	R\$ 454,18		
ITENS ACIMA DE R\$ 80.000,00					
Lote 1: 7.					
ITENS ATÉ R\$ 80.000,00					
Lote 1: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11.					
Detalhamento Por Unidade					
	UASG				
	158517 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL		R\$ 92.417,92		
Detalhamento Por Grupo Material					
	3020 - MATERIAL DE CAMA E MESA		R\$ 4.503,00		
	3026 - MATERIAL ELETRICO E ELETRÔNICO		R\$ 1.226,37		
	3014 - MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO		R\$ 202,70		
	3025 - MATERIAL PARA MANUTENCAO DE BENS MOVEIS		R\$ 675,00		
	5242 - MOBILIARIO EM GERAL		R\$ 85.810,85		
Valor Total do Processo: R\$ 92.417,92					

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 meses, contados da assinatura do contrato.**
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.6. Na hipótese de haver diferença entre a descrição dos itens registrados no Portal de Compras e as especificações constantes no Termo de Referência, **deverão ser consideradas as especificações do Termo de Referência.**

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. *O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:*

- I. ID PCA no PNCP: 11234780000150-0-000002/2025;*
- II. Data de publicação no PNCP: 16/01/2025;*
- III) Identificador da Futura Contratação: 110/2025.*

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. De acordo com as orientações constantes no **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da DECOR/CGU/AGU, 7ª Edição de outubro/2024, não foram localizados critérios de sustentabilidade obrigatórios, contudo**, recomendamos que a Contratada, observe, **no que couber**, boas práticas de sustentabilidade baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, em atenção ao disposto no artigo 5º e 11º da Lei nº 14.133/2021, tais como:

4.1.1. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e/ou poluentes;

4.1.2. Substituição, sempre que possível, de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

4.1.3. Uso de produtos de limpeza e conservação que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;

4.1.4. Racionalização do consumo de energia elétrica e de água;

4.1.5. Treinamento periódico dos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; e

4.1.6. Descartar corretamente seus resíduos de produção de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos Lei 12.305 de 2010.

4.2. Os critérios de sustentabilidade elencados não exauzem o rol de possibilidades de medidas e cuidados, que podem ser realizados para proteção do meio ambiente e promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

4.3. A contratação está em consonância com o Plano de Logística Sustentável da UFFS.

Indicação de marcas ou modelos

4.4. A indicação de marca e modelo na especificação, quando eventualmente utilizadas, servem como parâmetro de qualidade, admitida tão somente para facilitar a descrição do objeto a ser licitado e munir as empresas participantes da licitação com informações relativas ao padrão de qualidade mínimo almejado pela UFFS (art. 41, inciso I, d da Lei nº 14.133, de 2021).

Subcontratação

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento/Serviço, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega nos prazos determinados, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência do prazo final para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Chapecó/SC:

Rodovia SC 484 – Km 02, S/N, Bairro Fronteira Sul, CEP 89.815-899, Chapecó/SC

Assessoria de Gestão, Administração e Serviços: telefone (49) 2049-6413, e-mail dcl.compras.ch@uffs.edu.br

Horário de entrega: 8:00 às 11:30 h e das 13:00 às 16:00 h

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. Garantia Mínima: A contratada deverá oferecer uma garantia global de, no mínimo, **12 (doze) meses** para defeitos de fabricação e instalação da estrutura de marcenaria e mobiliário fixo, para demais itens e equipamentos (ou a garantia do fabricante, se superior), ou, ainda, os prazos de garantia estabelecidos na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor). A garantia começa a contar a partir do Termo de Recebimento Definitivo.

5.5. Assistência Técnica Corretiva: Em caso de defeito durante o período de garantia, a contratada deverá prover assistência técnica sem ônus para a UFFS, seguindo os prazos:

5.5.1. Prazo para primeiro atendimento (diagnóstico): Máximo de 48 horas úteis após a notificação oficial pela UFFS.

5.5.2. Prazo para solução do problema: Máximo de 10 dias úteis para reparos que não dependam de substituição de peças complexas.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

6.1.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato /Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.

6.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.9. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.10. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.11. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.13. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.14. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.15. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5 %** (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze)** dias

7.2.4.2. Moratória de **0,07% (sete centésimos)** por cento por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de **2% (dois)** por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a **25 (vinte e cinco)** dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **30% (trinta)** por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **30% (trinta)** por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **20% (vinte)** por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **0,5 % (cinco décimos)** por cento) a **15% (quinze)** por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5 % (cinco décimos)** por cento) a **10% (dez)** por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 6 (seis) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 03 (três) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1. o prazo de validade;
- 8.12.2. a data da emissão;
- 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5. o valor a pagar; e
- 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

- 8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 23/09/2025.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade *PREGÃO*, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo *MENOR PREÇO PARA O LOTE/GRUPO 1*.

9.1.1. Para atender aos critérios de sustentabilidade dos itens desta contratação, nos termos dos artigos 5º e 11º da Lei nº 14.133/2021 e legislação correlata, conforme orienta o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da DECOR/CGU/AGU, 7ª Edição de outubro/2024, **o Licitante, quando convocado, deverá cadastrar junto à Proposta de Preços**, sob pena de desclassificação da proposta, as seguintes comprovações:

9.1.1.1. Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) relativo à(s) categoria(s) descrita(s) a seguir, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA Nº 13, de 23/08/2021, e legislação correlata:

a) Item 07

Categoria 7: Indústria de Madeira

Código FTE IBAMA – 7-3: Fabricação de chapas, placas de madeira aglomerada, prensada e compensada.

9.1.1.1.1. A comprovação CTF referente às chapas de MDF será considerada como comprovante de origem da madeira.

9.1.1.1.2. A comprovação de regularidade no CTF se refere à atividade do fabricante da chapa de MDF que será utilizado pelo licitante, para fabricação dos móveis. Assim, caso o licitante não seja o próprio fabricante da chapa de MDF, deverá verificar em consulta pública ao site do **IBAMA** (IBAMA > Serviços On-Line > Certificado de Regularidade), se o fabricante da marca que está sendo ofertada na licitação possui CTF de acordo com a FTE informada e, enviar juntamente com sua proposta o print de tela ou PDF que comprove o cadastro;

9.1.1.1.3. Caso não seja possível a obtenção do registro no CTF/APP, a licitante poderá apresentar outras licenças ambientais do fabricante, em nível municipal e/ou estadual, desde que correlatas à natureza do objeto pretendido pela Administração, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021.

9.1.1.1.4. Caso o fabricante esteja dispensado do registro ambiental solicitado, por força de dispositivo legal ou por se tratar de fabricação estrangeira, o licitante deverá declarar expressamente essa condição na proposta de preços e anexar junto a esta, o documento comprobatório;

9.1.2.2. Caso não se confirme a adequação da certificação ambiental do produto, a proposta selecionada será desclassificada.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. Foram suprimidas as exigências de documentação relativa à qualificação econômico-financeira da licitante levando em consideração a complexidade, essencialidade do objeto e os riscos decorrentes de sua inexecução. Ademais, tal supressão levou em conta que não houve apontamento desta exigência pelos requisitantes das demandas, bem como a natureza e vulto dos itens pretendidos não prescindirem necessariamente comprovação de tal aptidão.

Qualificação Técnica

9.22. Não será exigida qualificação técnica.

Disposições gerais sobre habilitação

9.23. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.24. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.25. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.26. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.27. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de 92.417,42 (noventa e dois mil e quatrocentos e dezessete reais e quarenta e dois centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

Programa de Trabalho: 12.364.5113.8282.0040

Ação Governo: 8282

Indicador de Ação Governo¹: Atividade

Plano de Ação PEO2025: CCH090

Unidade Gestora Emitente: 158517

Esfera: 1

Programa de Trabalho Resumido: 231867

Fonte de Recursos: 1000000000

Natureza da Despesa: 449052

Plano Interno: MH090N600N

Crédito Orçamento LOA 2025: R\$ 46.131,06

Programa de Trabalho: 12.364.5113.4002.0040

Ação Governo: 4002

Indicador de Ação Governo¹: Atividade

Plano de Ação PEO2025: PROGRAD006

Unidade Gestora Emitente: 158517

Esfera: 1

Programa de Trabalho Resumido: 231869

Fonte de Recursos: 1000000000

Plano Interno: MG006N6000N

Natureza da Despesa: 449052

Crédito Orçamento LOA 2025: R\$ 39.679,80

Programa de Trabalho: 12.364.5113.20RK.0040

Ação Governo: 20RK

Indicador de Ação Governo¹: Atividade

Plano de Ação PEO2025: PROGRAD005

Unidade Gestora Emitente: 158517

Esfera: 1

Programa de Trabalho Resumido: 231869

Fonte de Recursos: 1000000000

Plano Interno: MG005N0100N

Natureza da Despesa: 339030

Crédito Orçamento LOA 2025: R\$ 6.607,06

Total Disponibilizado: R\$ 92.417,92.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. As informações contidas neste Termo de Referência **não** são classificadas como sigilosas.
- 12.2. Compõem este Termo de referência os seguintes documentos anexos:

Anexo I: Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato;

Anexo II: Termo de Ciência e Concordância;

Anexo III: Desenho dos móveis sob medida;

Anexo IV: ETP digital;

Anexo V: Mapa de Riscos.

Chapecó-SC, 03 de novembro de 2025.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

- 1. Para esta contratação será adotado o Termo de Contrato que estabelecerá as cláusulas, condições, direitos e obrigações das partes contratantes.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

O presente anexo não será utilizado para fins de coleta de concordância do contratado quanto às regras, condições e obrigações estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos, uma vez que não haverá substituição do termo de contrato por instrumento equivalente.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALANA ZAMONER SBARAINI
Integrante da equipe de Planejamento

JOEL BAVARESCO
Integrante da equipe de Planejamento

ITAMAR LUIZ BREYER
Integrante da equipe de Planejamento

DIEGO PALMEIRA RODRIGUES

Integrante da equipe de Planejamento

ADRIANA FREITAG MIGOTT

Integrante da equipe de Planejamento

CLAUDIA FELISBINO

Integrante da equipe de Planejamento

ROSENI MARIA ZUCONELLI

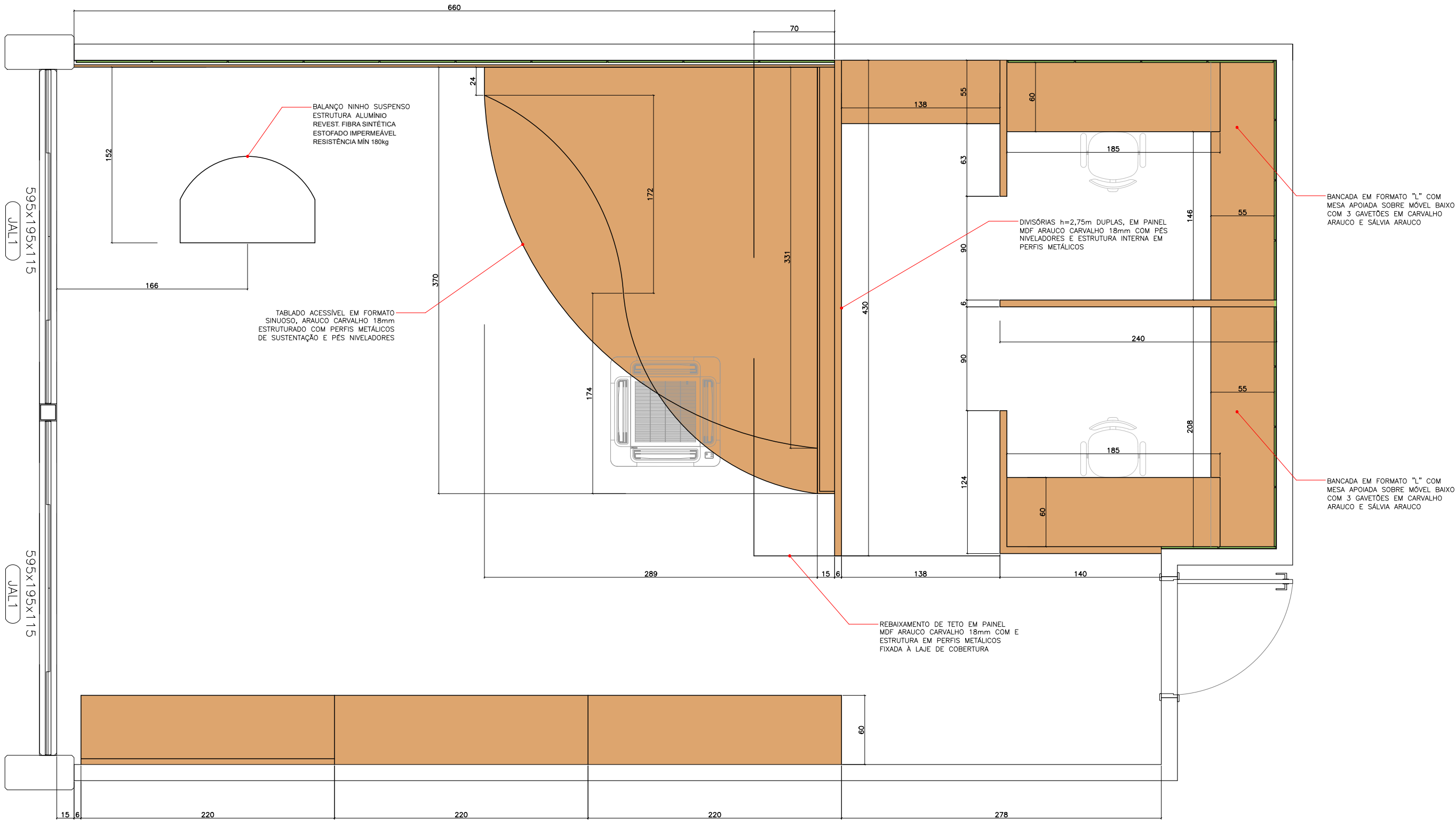
Integrante da equipe de Planejamento

MATHEUS TODESCATT

Integrante da equipe de Planejamento

ITACIR CASARIN CAMELATTO

Integrante da equipe de Planejamento



PLANTA BAIXA
ESC 1/35

ENG. CIV. FABRICIO BALESTRIN
CREA/SC 1087031/D
RESPONSÁVEL SEQ-UFFS

ARQ. URB. ADRIANA FREITAG MIGOTT
CAUIBR A41125-6
RESPONSÁVEL TÉCNICO

SECRETARIA ESPECIAL DE OBRAS:
SECRETARIA DE OBRAS:
FISCALIZAÇÃO DE OBRAS:
CHAPECO/SC:
CERRO LARGO/RS:
ERECHIM/RS:
LARANJEIRAS DO SUL/PR:
REALIZA/PR:

EQUIPE TÉCNICA SED:
ARQ. URB. ADRIANA FREITAG MIGOTT
ARQ. URB. WELLINGTON TISCHER
ENG. CIV. CLAUDIO LUIZ POMPERMAIER
ENG. CIV. FÁBIO CORRÊA GASPARINETTO
ENG. CIV. RODRIGO ENMER
ENG. ELETTRIC. SILVIO ANTONIO TESTON
ENG. SÂNT. ADEMIR TANCINI
ENG. MEC. DANIEL ESPINO
TEC. MEC. GIOVANI FAVERO
TEC. ELETROTEC. DIEGO GNOATTO



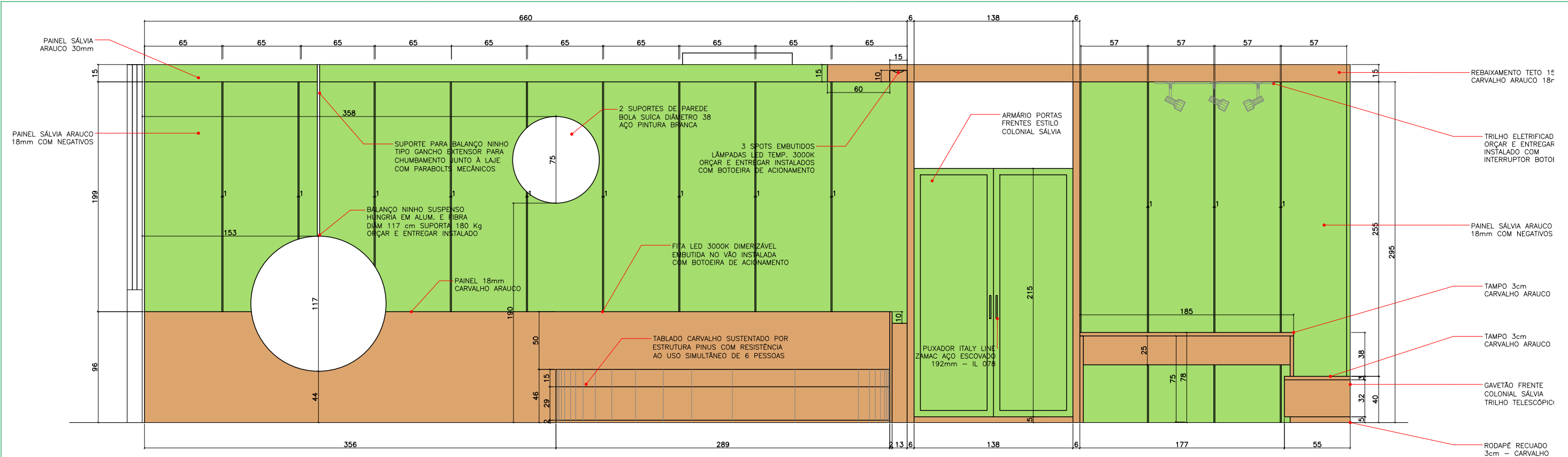
Edifício Bloco C, 4º Andar, Sala 401
Rodovia SC 484, km 02, Bairro Fronteira Sul, Chapecó-SC, CEP 89815-899
Contatos: (0xx49) 2049-3115 / 2049-3750 / senobras@uffs.edu.br
Site Oficial: www.uffs.edu.br

LOCAL:
SALA 218 BLOCO C CAMPUS CHAPECÓ - SC
OBRA:
SALA DE ACOMODAÇÃO SENSORIAL
PROJETO:
PROJETO ARQUITETÔNICO

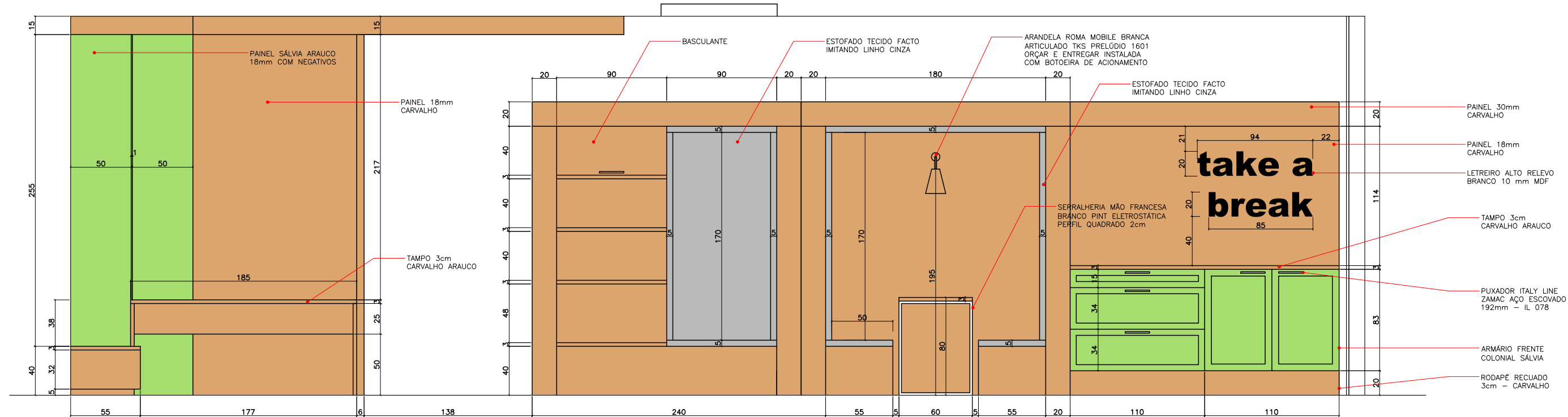
CONTEÚDO:
PLANTA BAIXA
ENDEREÇO:
RODOVIA SC 484, Km 02, B. FRONTEIRA SUL
DESENHADO POR:
ADRIANA
NOME DO ARQUIVO: BLOCO+C_UFFS_CH_RE_ARQ_SALA+218+ACOMODACAO+SENSORIAL.DWG

FASE: EXECUTIVO
REVISÃO Nº: R00
DATA: 26/08/2025
ESCALA: 1:35
TAMANHO FOLHA: A3
Nº PRANCHA:


ARQ 01 05

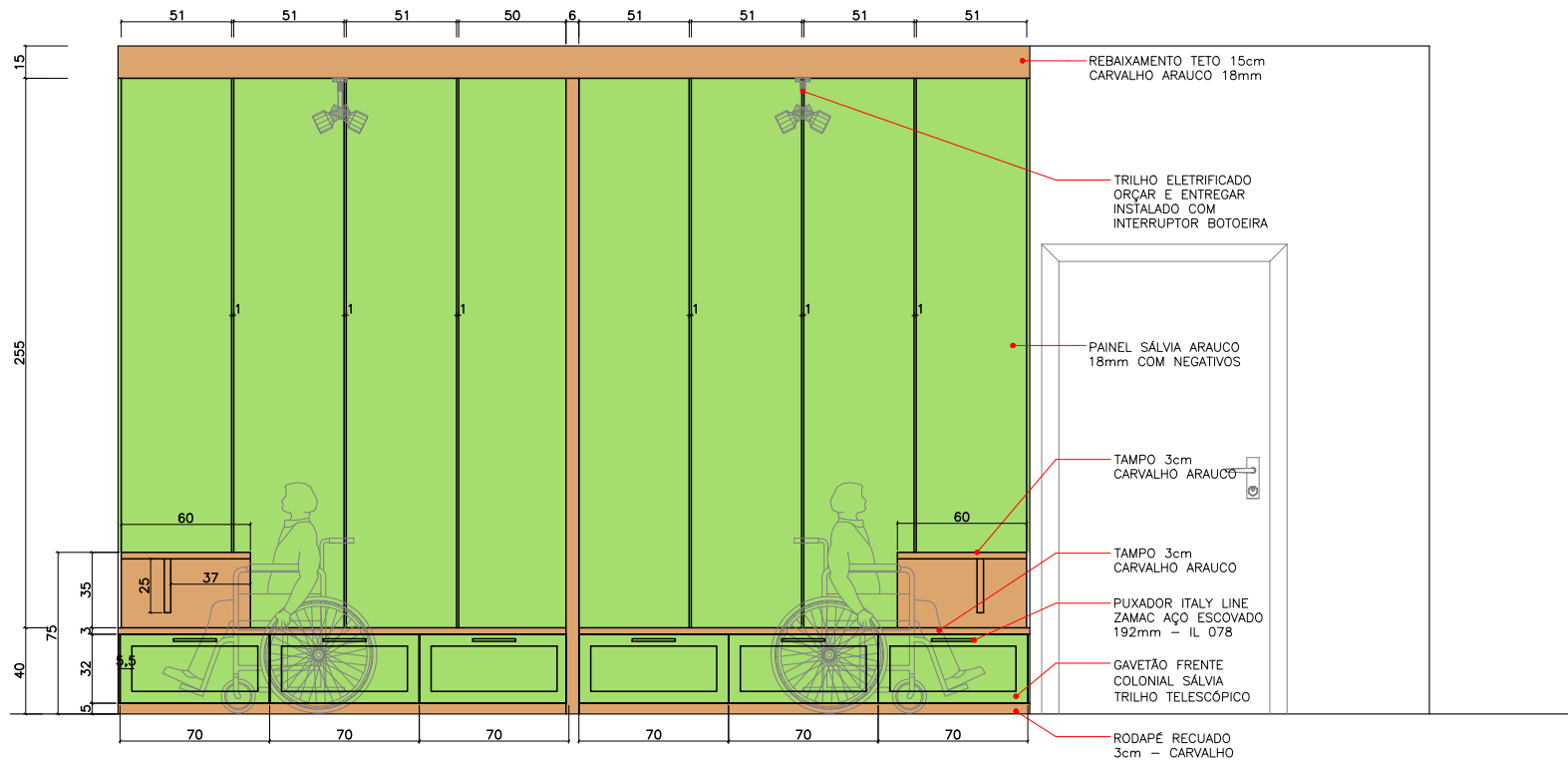


VISTA 1
ESC 1/35

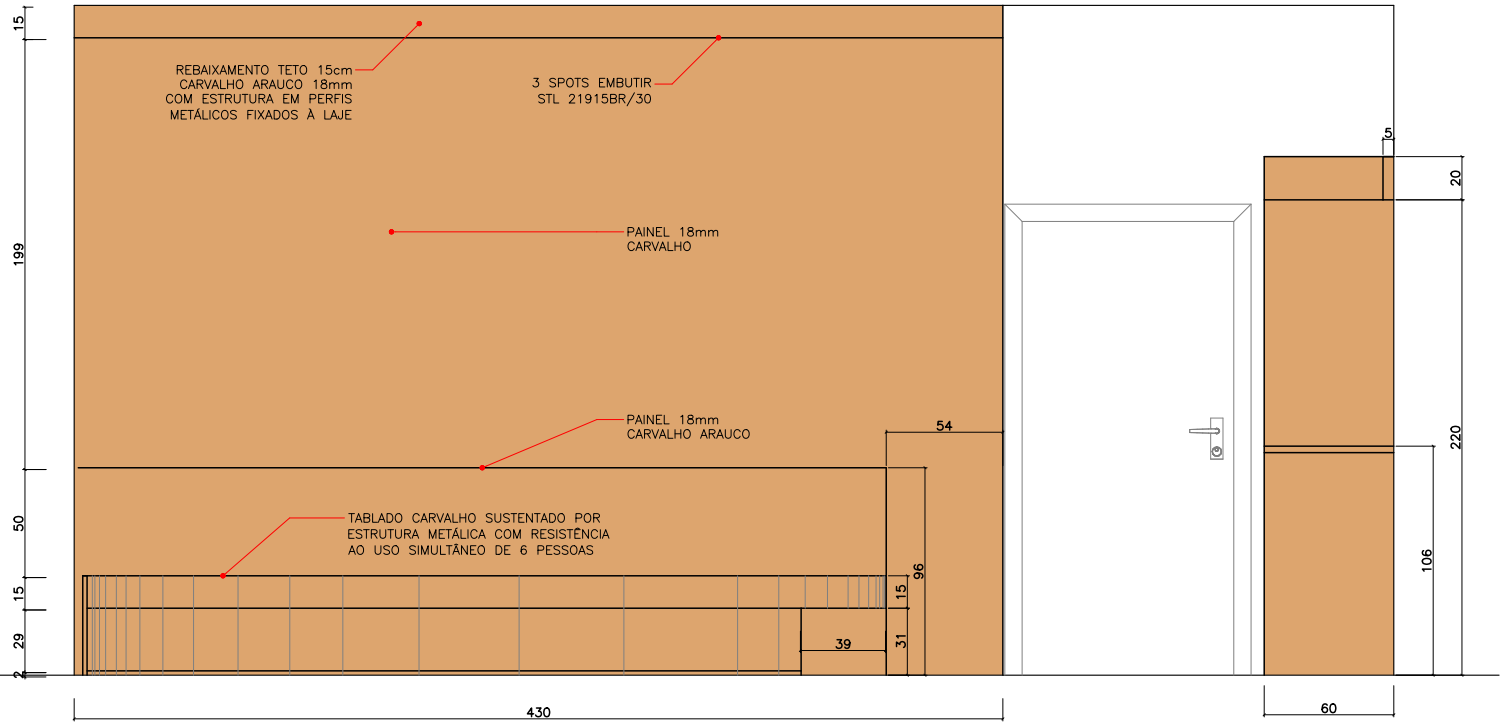
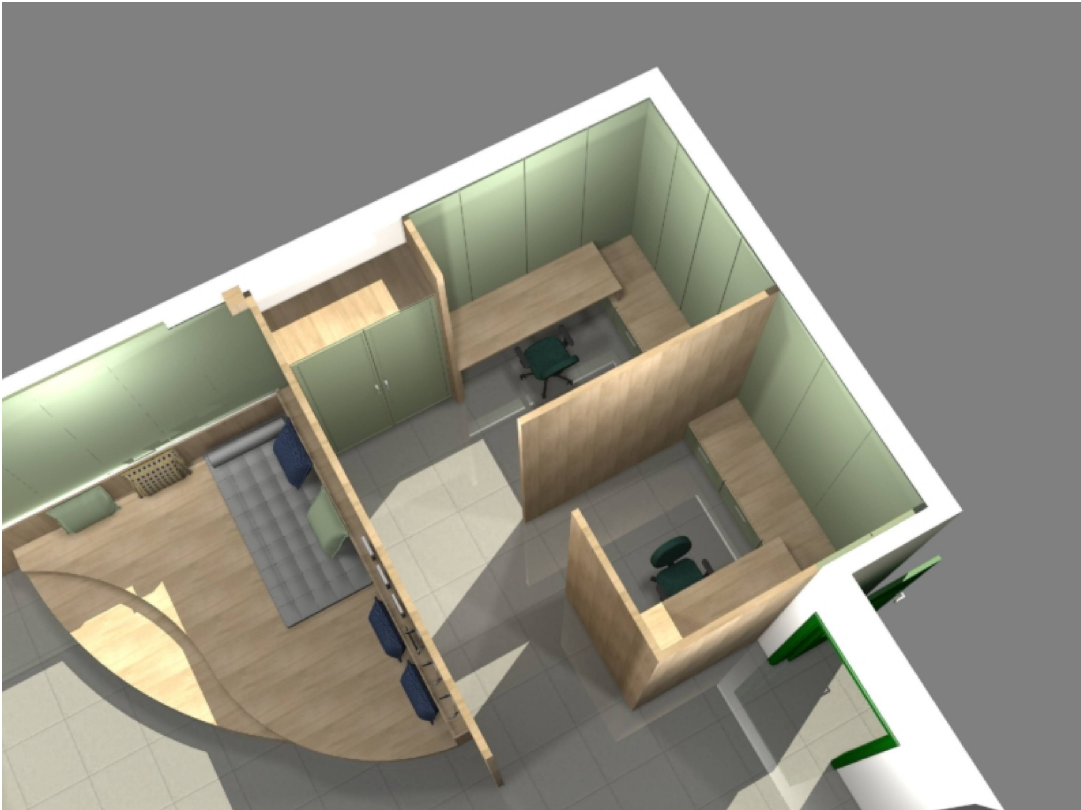


VISTA 2
ESC 1/35

VISTA 2 ESC 1/35		<div>SECRETARIA ESPECIAL DE OBRAS: SECRETARIA DE OBRAS: ENG. CIV. FABRICIO BALESTRIN CREA/SC 1087031/D</div> <div>FISCALIZAÇÃO DE OBRAS: CHAPECO/SC: ENG. CIV. FÁBIO ALEX ZENARO CREA/SC 103121-3 ENG. ELÉTRIC. MATHEUS TODESCATT CREA/SC 11551-1 ENG. CIV. PAULO ROBERTO HENDES CREA/RN 107012 CERRO LARGO/RN: ENG. CIV. CANSIBO ROQUE SCHMIDT CREA/RN 43769 ENG. CIV. JULIANA ANA CHARELLO CREA/RN 127986 ERECIM/RS: ENG. CIV. FÁBIO ONETTA CREA/RS 84187-0 LARANJEIRAS DO SUL/PR: ENG. CIV. FABRICIO BALESTRIN CREA/SC 1087031/D REALIZA/PR: ENG. CIV. FABRICIO BALESTRIN CREA/SC 1087031/D</div> <div>EQUIPE TÉCNICA SED: ARQ. URB. ADRIANA FREITAG MIGOTT ARQ. URB. WELLINGTON TISCHER ENG. CIV. CLAUDIO LUIZ POMPERMAIER ENG. CIV. FÁBIO CORRÊA GASPARETTO ENG. CIV. RODRIGO EMMEIR ENG. ELÉTRIC. SILVIO ANTONIO TESTON ENG. SANT. ADEMIR TANCINI ENG. MEC. DANIEL ESPINO TEC. MEC. GIOVANI FÁVERO TEC. ELETROTEC. DIEGO GNOATTO</div>		<div>UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL</div> <div>Edifício Bloco C, 4º Andar, Sala 401 Rodovia SC 484, km 02, Bairro Fronteira Sul, Chapecó-SC, CEP 89815-899 Contatos: (0xx49) 2049-3115 / 2049-3750 / seobras@uffs.edu.br Site Oficial: www.uffs.edu.br</div> <div>LOCAL: SALA 218 BLOCO C CAMPUS CHAPECÓ - SC OBRA: SALA DE ACOMODAÇÃO SENSORIAL PROJETO: PROJETO ARQUITETÔNICO CONTEÚDO: VISTAS 1 E 2 ENDEREÇO: RODOVIA SC 484, Km 02, B. FRONTEIRA SUL DESENHADO POR: ADRIANA NOME DO ARQUIVO: BLOCO+C_UFFS_CH_RE_ARQ_SALA+218+ACOMODACAO+SENSORIAL.DWG</div>		<div>FASE: EXECUTIVO REVISÃO Nº: R00 DATA: 26/08/2025 ESCALA: 1:35 TAMANHO FOLHA: A3 Nº PRANCHIA:</div> <div>ARQ 02 05</div>	
<div>ENG. CIV. FABRICIO BALESTRIN CREA/SC 1087031/D RESPONSÁVEL SED-UFFS</div>							
<div>ARQ. URB. ADRIANA FREITAG MIGOTT CAUI/BR A41125-6 RESPONSÁVEL TÉCNICO</div>							



VISTA 3
ESC 1/35



VISTA 4
ESC 1/35

ENG. CIV. FABRÍCIO BALESTRIN
CREA/SC 1087031/D
RESPONSÁVEL PROJETO

ARQ. URB. ADRIANA FREITAS MIGOTT
CAUIBR A41125-6
RESPONSÁVEL TÉCNICO

SECRETARIA ESPECIAL DE OBRAS:
SECRETARIA DE OBRAS: ENG. CIV. FABRÍCIO BALESTRIN
CREA/SC 1087031/D

FISCALIZAÇÃO DE OBRAS:
CHAPECO/SC: ENG. CIV. FÁBIO ALEX ZENARO
CREA/SC 103121-3
ENG. ELÉTRIC. MATHEUS TODESCATT
CREA/SC 11551-1
ENG. CIV. PAULO ROBERTO HENDGES
CREA/RS 107012
ENG. CIV. CANISIO ROGUE SCHMIDT
CREA/RS 43769
ENG. CIV. JULIANA ANA CHIARELLO
CREA/RS 127986

ERECHIM/RS:
LARANJEIRAS DO SUL/PR: ENG. CIV. FÁBIO ONETTA
CREA/PR 84187-0
REALIZA/PR: ENG. CIV. FABRÍCIO BALESTRIN
CREA/SC 1087031/D

EQUIPE TÉCNICA SED:
ARQ. URB. ADRIANA FREITAS MIGOTT
ARQ. URB. WELLINGTON TISCHER
ENG. CIV. CLAUDIO LUIZ POMPERMAIER
ENG. CIV. FÁBIO CORRÊA GASPARINETTO
ENG. CIV. RODRIGO ENMER
ENG. ELÉTRIC. SILVIO ANTONIO TESTON
ENG. SANT. ADEMIR TANCINI
ENG. MEC. DANIEL ESPINO
TEC. MEC. GIOVANI FAVERO
TEC. ELETROTÉC. DIEGO GNOATTO

CAUIBR A41125-6
CAUIBR A58629-9
CREA/SC 177729-9
CREA/SC 087010-5
CREA/SC 109826-9
CREA/SC 094039-9
CREA/SC 113590-2
CREA/SC 114137-1



Edifício Bloco C, 4º Andar, Sala 401
Rodovia SC 484, km 02, Bairro Fronteira Sul, Chapecó-SC, CEP 89815-899
Contatos: (0xx49) 2049-3115 / 2049-3750 / seobras@uffs.edu.br
Site Oficial: www.uffs.edu.br

LOCAL:
SALA 218 BLOCO C CAMPUS CHAPECÓ - SC
OBRA:
SALA DE ACOMODAÇÃO SENSORIAL
PROJETO:
PROJETO ARQUITETÔNICO

CONTEÚDO:
VISTAS 3 E 4
ENDEREÇO:
RODOVIA SC 484, Km 02, B. FRONTEIRA SUL
DESENHADO POR:
ADRIANA
NOME DO ARQUIVO: BLOCO+C_UFFS_CH_RE_ARQ_SALA+218+ACOMODACAO+SENSORIAL.DWG

FASE: EXECUTIVO
REVISÃO Nº: R00
DATA: 26/08/2025
ESCALA: 1:35
TAMANHO FOLHA: A3
Nº PRANCHA:

ARQ 03 05



ENG. CIV. FABRICIO BALESTRIN
CREA/SC 1087031/D
RESPONSÁVEL SE0-UFS

ARQ. URB. ADRIANA FREITAG MIGOTT
CAUIBR A41125-6
RESPONSÁVEL TÉCNICO

SECRETARIA ESPECIAL DE OBRAS:
SECRETARIA DE OBRAS: ENG. CIV. FABRICIO BALESTRIN
CREA/SC 1087031/D

FISCALIZAÇÃO DE OBRAS:
CHAPECÓ/SC: ENG. CIV. FÁBIO ALEX ZENARO
CREA/SC 103121-3
ENG. ELETRIC. MATHEUS TODESCATT
CREA/SC 111551-1
CERRO LARGO/RS: ENG. CIV. PAULO ROBERTO HENDGES
CREA/RS 107012
ENG. CIV. CANISIO ROGUE SCHMIDT
CREA/RS 43769
ENG. CIV. JULIANA ANA CHIARELLO
CREA/RS 127986

ERECHIM/RS:
LARANJEIRAS DO SUL/PR: ENG. CIV. FÁBIO ONETTA
CREA/PR 84187-0
REALIZA/PR: ENG. CIV. FABRICIO BALESTRIN
CREA/SC 1087031/D

EQUIPE TÉCNICA SED:
ARQ. URB. ADRIANA FREITAG MIGOTT
ARQ. URB. WELLINGTON TISCHER
ENG. CIV. CLAUDIO LUIZ POMPERMAIER
ENG. CIV. FÁBIO CORRÊA CASPINETTO
ENG. CIV. RODRIGO ENMER
ENG. ELETRIC. SILVIO ANTONIO TESTON
ENG. SANT. ADEMIR TANCINI
ENG. MEC. DANIEL ESPINO
TEC. MEC. GIOVANI FAVERO
TEC. ELETROTEC. DIEGO GNOATTO

CAUIBR A41125-6
CAUIBR A58629-9
CREA/SC 177729-9
CREA/SC 087010-5
CREA/SC 109826-9
CREA/SC 094039-9
CREA/SC 113590-2
CREA/SC 114137-1

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
Edifício Bloco C, 4º Andar, Sala 401
Rodovia SC 484, km 02, Bairro Fronteira Sul, Chapecó-SC, CEP 89815-899
Contatos: (0xx49) 2049-3115 / 2049-3750 / seobras@uffs.edu.br
Site Oficial: www.uffs.edu.br

LOCAL:
SALA 218 BLOCO C CAMPUS CHAPECÓ - SC

OBRA:
SALA DE ACOMODAÇÃO SENSORIAL

PROJETO:
PROJETO ARQUITETÔNICO

CONTEÚDO:
IMAGENS MAQUETE ELETRÔNICA

ENDEREÇO:
RODOVIA SC 484, Km 02, B. FRONTEIRA SUL

DESENHADO POR:
ADRIANA

NOME DO ARQUIVO: BLOCO+C_UFFS_CH_RE_ARQ_SALA+218+ACOMODACAO+SENSORIAL.DWG

FASE: EXECUTIVO
REVISÃO Nº: R00
DATA: 26/08/2025
ESCALA: 1:35
TAMANHO FOLHA: A3
Nº PRANCHA:

ARQ 04 05



ENG. CIV. FABRICIO BALESTRIN
CREASC 10870310
RESPONSÁVEL SE0-UFFS

ARQ. URB. ADRIANA FREITAG MIGOTT
CAUIBR A41125-6
RESPONSÁVEL TÉCNICO

SECRETARIA ESPECIAL DE OBRAS:
SECRETARIA DE OBRAS: ENG. CIV. FABRICIO BALESTRIN
CREASC 10870310

FISCALIZAÇÃO DE OBRAS:
CHAPECO/SC: ENG. CIV. FÁBIO ALEX ZENARO
CREASC 103121-3
ENG. ELETRIC. MATHEUS TODESCATT
CREASC 111551-1
ENG. CIV. PAULO ROBERTO HENDGES
CREAIRS 107012
ENG. CIV. CANISIO ROGUE SCHMIDT
CREAIRS 43769
ENG. CIV. JULIANA ANA CHIARELLO
CREAIRS 127986

ERECIMIRIS:
LARANJEIRAS DO SUL/PR: ENG. CIV. FÁBIO ONETTA
CREAIRS 84187-0
ENG. CIV. FABRICIO BALESTRIN
CREASC 10870310

REALIZA/PR:

EQUIPE TÉCNICA SED:
ARQ. URB. ADRIANA FREITAG MIGOTT
ARQ. URB. WELLINGTON TISCHER
ENG. CIV. CLAUDIO LUIZ POMPERMAIER
ENG. CIV. FÁBIO CORRÊA GASPARINETTO
ENG. CIV. RODRIGO EMMER
ENG. ELETRIC. SILVIO ANTONIO TESTON
ENG. SANT. ADEMIR TANCINI
ENG. MEC. DANIEL ESPINO
TEC. MEC. GIOVANI FAVERO
TEC. ELETROTEC. DIEGO GNOATTO

CAUIBR A41125-6
CAUIBR A59629-9
CREASC 177729-9
CREASC 087010-5
CREASC 109826-9
CREASC 094039-9
CREASC 113590-2
CREASC 114137-1



Edifício Bloco C, 4º Andar, Sala 401
Rodovia SC 484, km 02, Bairro Fronteira Sul, Chapecó-SC, CEP 89815-899
Contatos: (0xx49) 2049-3115 / 2049-3750 / seobras@uffs.edu.br
Site Oficial: www.uffs.edu.br

LOCAL:
SALA 218 BLOCO C CAMPUS CHAPECÓ - SC

OBRA:
SALA DE ACOMODAÇÃO SENSORIAL

PROJETO:
PROJETO ARQUITETÔNICO

CONTEÚDO:
IMAGENS MAQUETE ELETRÔNICA

ENDEREÇO:
RODOVIA SC 484, Km 02, B. FRONTEIRA SUL

DESENHADO POR:
ADRIANA

NOME DO ARQUIVO: BLOCO+C_UFFS_CH_RE_ARQ_SALA+218+ACOMODACAO+SENSORIAL.DWG

FASE: EXECUTIVO
REVISÃO Nº: R00
DATA: 26/08/2025
ESCALA: 1:35
TAMANHO FOLHA: A3
Nº PRANCHA:

ARQ 05 05

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Estudo Técnico Preliminar 64/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 23205.027258/2025-19

2. Descrição da necessidade

2.1 A presente contratação é fundamental para sanar uma lacuna crítica na infraestrutura de apoio ao estudante no *Campus* Chapecó da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS): a ausência de uma Sala de Acolhimento Sensorial. Esta carência representa um problema de ordem prática e de conformidade legal, impactando diretamente a política institucional de inclusão e acessibilidade.

2.2 O problema central identificado é a inexistência de um ambiente físico adequado para acolher estudantes que apresentam condições relacionadas ao processamento sensorial, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), o Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), pessoas com Altas habilidades/superdotação, síndrome do pânico e aqueles que vivenciam crises agudas de ansiedade. O ambiente universitário, por sua natureza dinâmica, com alta circulação de pessoas, ruídos variados e estímulos visuais constantes, pode gerar sobrecarga sensorial para esse público, resultando em prejuízos significativos ao seu bem-estar, ao seu desempenho acadêmico e à sua capacidade de permanência na instituição.

2.3 O **interesse público** envolvido é inequívoco e multifacetado. Primeiramente, reside na obrigação da Administração Pública de garantir a efetividade do direito fundamental à educação, conforme preconiza o art. 205 da Constituição Federal. Essa garantia não se limita ao mero acesso, mas abrange a criação de condições para a **permanência com êxito** de todos os estudantes. A ausência de um espaço de acolhimento constitui uma barreira que impede o pleno exercício desse direito por um segmento específico do corpo discente, ferindo o princípio da isonomia.

2.4 Ademais, a contratação alinha-se diretamente aos objetivos da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que impõe a eliminação de barreiras e assegura condições de igualdade e de acessibilidade. A UFFS, como autarquia federal de ensino, tem o dever de promover as adaptações razoáveis e fornecer os recursos de acessibilidade necessários para que estudantes com deficiência ou necessidades específicas possam participar da vida acadêmica em igualdade de oportunidades com os demais.

2.5 Além dos benefícios já mencionados, a Sala de Acolhimento Sensorial poderá atender outros públicos vulneráveis da comunidade acadêmica, ampliando seu alcance e relevância dentro da política institucional de inclusão. Atualmente, o Campus Chapecó da UFFS conta com 44 estudantes com deficiência matriculados, dos quais 14 são diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e 13 com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH). Soma-se a esse grupo um número significativo de estudantes que convivem com transtornos de ansiedade, síndrome do pânico, estresse pós-traumático, entre outras condições de saúde mental que demandam estratégias de cuidado e suporte adequadas ao contexto universitário.

2.6 Esses dados reforçam a urgência e a pertinência da criação de um espaço destinado ao acolhimento e à autorregulação emocional e sensorial, oferecendo um ambiente seguro, tranquilo e controlado, que permita a recuperação do equilíbrio emocional em momentos de crise ou sobrecarga. A sala funcionará, assim, como um dispositivo essencial de apoio à permanência estudantil, contribuindo para a redução da evasão, para a promoção da saúde mental e para a construção de um ambiente universitário mais humano, acessível e equitativo.

2.7 Portanto, a necessidade desta contratação transcende a simples aquisição de bens e serviços. Trata-se de uma medida estratégica para:

- a) Amenizar a sobrecarga sensorial e a estafa mental que podem afetar estudantes com autismo, TDAH, altas habilidades/superdotação, síndrome do pânico e transtornos de ansiedade;
- b) Contribuir para a redução da evasão e o cuidado com a saúde mental dos estudantes;
- c) Atender ao interesse público de promover um ambiente acadêmico inclusivo, seguro e psicologicamente saudável; e
- d) Cumprir com as obrigações legais e constitucionais de garantir a acessibilidade e a isonomia no ensino superior público.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
PROGRAD	Marilane Maria Wolff Paim

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para que a contratação atinja seus objetivos de forma legal, eficiente e alinhada aos princípios da Administração Pública, é imperativo observar um conjunto de requisitos que nortearão a especificação do objeto, a condução do processo licitatório e a futura execução contratual.

4.1. Classificação do Objeto e Condições Gerais da Contratação

- **Classificação do Objeto:** O objeto da presente contratação é classificado como **serviço comum**. Embora envolva a customização de marcenaria e a integração de múltiplos componentes, os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, contidas no projeto e no Termo de Referência, o que permite a seleção da proposta mais vantajosa por meio de licitação na modalidade Pregão.
- **Natureza do objeto:** O objeto refere-se à aquisição de móveis sob medida e equipamentos específicos para a instalação de uma Sala de Acolhimento Sensorial, caracterizando-se, portanto, como fornecimento de bens com serviços acessórios de instalação e ambientação. A contratação não envolve a necessidade de mão de obra exclusiva alocada pela contratada, restringindo-se apenas à entrega, montagem e instalação dos itens fornecidos.
- **Formalização:** Dada a complexidade da execução, que envolve fornecimento de bens com serviços de instalação e obrigações de garantia, a contratação será formalizada por meio de **Termo de Contrato**, com duração de 12 meses, em conformidade com o Art. 95 da Lei nº 14.133/2021.
- **Subcontratação:** Não será permitida a subcontratação do objeto. A vedação se justifica pela natureza da solução como um sistema integrado, cuja qualidade, coesão e funcionalidade dependem da gestão unificada e da responsabilidade direta da contratada sobre todas as fases de fornecimento e instalação. Esta condição está alinhada à decisão fundamentada pelo não parcelamento do objeto, visando centralizar a responsabilidade e garantir a perfeita compatibilidade entre todos os componentes.
- **Qualificação do produto:** Devido à natureza e ao baixo vulto da contratação, bem como a natureza comum no mercado dos materiais a serem aplicados, não se faz necessária a apresentação de registros em órgãos reguladores, como ANVISA, INMETRO, MAPA, etc.
- **Princípio da Padronização:** Será analisada a padronização dos materiais e serviços empregados no projeto, sendo:
 - **Padronização de Equipamentos:** As partes do projeto que são montadas em marcenaria foram divididas em três descritivos, de modo a estabelecer módulos completos do mobiliário, contendo as especificações de materiais e cores a serem padronizados. Essa organização permite facilitar as compras e reduzir custos com manutenção e reposição;
 - **Padronização Materiais:** Houve unificação de demandas semelhantes, permitindo padronizar os insumos, gerando economia de escala, redução de custos e melhor controle e armazenamento;
 - **Padronização de Serviços:** Utilizou-se um único padrão de execução dos serviços, garantindo uniformidade e facilidade na fiscalização do contrato.
 - Consultou-se o Catálogo Eletrônico da Padronização disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas e não foram encontrados artefatos de planejamento padronizados para o segmento. Assim sendo, segue-se o procedimento padrão vigente na UFFS para estruturação do processo de compra para esta contratação.
- **Qualificação técnica:** Trata-se de aquisição e montagem de itens comercialmente disponíveis no mercado e amplamente fornecidos por empresas de porte variado, não se caracterizando como bens ou serviços de natureza altamente especializada que demandem comprovação prévia de experiência específica. Dessa forma, a exigência de atestados de capacidade técnico-operacional ou profissional seria restritiva à competitividade, contrariando o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.024/2019 e no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal. Portanto, não se justifica a imposição de requisitos de qualificação técnica além das especificações do objeto, que já asseguram a qualidade dos bens a serem adquiridos.
- **Qualificação Econômico-financeira:** Não haverá, no certame, a exigência de indicadores econômico-financeiros ou de garantias adicionais, considerando-se que o valor estimado da contratação não se enquadra em montantes de grande vulto; o objeto refere-se à aquisição de bens comuns, com serviços acessórios de instalação de baixa complexidade; o risco econômico-financeiro associado à execução contratual é reduzido, uma vez que o pagamento será efetuado após a entrega e instalação dos itens. Tal medida preserva a ampla competitividade entre fornecedores e está em conformidade com o princípio da isonomia e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

4.2. Requisitos Legais e Normativos

A contratação deverá observar, de forma estrita, os seguintes dispositivos legais e normativos, que fundamentam e condicionam sua execução:

- **Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos):** Rege todo o processo de contratação.
- **Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022:** Orienta a elaboração deste Estudo Técnico Preliminar.
- **Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - LBI):** É o diploma legal central para esta contratação, exigindo a adoção de "adaptações razoáveis".
- **Decreto nº 7.234/2010 (Plano Nacional de Assistência Estudantil - PNAES):** A ação está alinhada aos objetivos do PNAES de ampliar as condições de permanência.
- **Norma Brasileira ABNT NBR 9050:** Estabelece os parâmetros técnicos gerais para projetos de acessibilidade que devem ser observados na adaptação do espaço físico.
- **Lei Complementar nº 123/2006:** A contratação deverá prever tratamento diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte.

4.3. Requisitos de Sustentabilidade

A execução do objeto deste estudo deverá observar boas práticas de sustentabilidade, com vistas à proteção do meio ambiente e promoção do desenvolvimento nacional sustentável, no que couber, nos termos do artigo 5º e 11º da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 12.305, de 2010, do Decreto nº 10.936, de 2022, e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, tais como:

- Utilizar preferencialmente materiais, produtos ou serviços que apresentem menor impacto ambiental;
- Adotar medidas de redução do uso de recursos naturais (água e energia elétrica) e redução da poluição ambiental, sempre que possível;
- Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de destinação ambiental adequada dos resíduos decorrentes da fabricação de produtos ou execução dos serviços;
- Treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdício e da poluição.

A indicação precisa dos requisitos de sustentabilidade, pertinentes a cada item deste estudo, será realizada expressamente no Termo de Referência da contratação, com base na análise da natureza do serviço e/ou composição dos materiais utilizados na fabricação, acompanhados do devido fundamento legal.

A análise observará as orientações e providências indicadas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da DECOR/CGU/AGU, as diretrizes e ações previstas no Plano de Logística Sustentável da UFFS, a legislação municipal e estadual vigente, se houver, as normas e certificações aplicáveis ao objeto, que se destinam a garantir a padronização, qualidade e segurança de produtos e serviços e a conformidade de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais.

5. Levantamento de Mercado

Com o objetivo de identificar a forma mais eficiente e vantajosa de atender à necessidade de implantação da Sala de Acolhimento Sensorial, foi realizado um levantamento de alternativas no mercado. A seguir, detalham-se as duas principais soluções analisadas:

5.1. Alternativa 1: Aquisição por Grupo de Itens (via Pregão Eletrônico)

- **Descrição Técnica e Operacional:** Esta alternativa consiste em parcelar o objeto em um grupo de itens, por meio de Pregão Eletrônico. A unificação proposta visa consolidar a instalação da sala em curto espaço de tempo, para agilizar a disponibilização à comunidade acadêmica, bem como maximizar a padronização de cores e materiais, por exemplo.
- **Custos Estimados:** O custo da solução pode ser ligeiramente maior do que uma contratação de marcenaria pura, por exigir um fornecedor mais qualificado, porém, há economia de escala pelo valor global da compra e redução de custos administrativos para a UFFS gerenciar contratos distintos.
- **Disponibilidade e Padronização:** A disponibilidade de fornecedores pode ser limitada, pois exige uma empresa com capacidade multidisciplinar, mas ainda assim há ampla oferta no mercado de móveis planejados e reformas, bem como a possibilidade de aquisição, por um bom preço, dos itens com maior disponibilidade no mercado, como itens de estofaria e iluminação.
- **Riscos Associados:** Este modelo reduz significativamente o risco de incompatibilidade técnica quando comparado a uma pulverização em mais lotes ou compra por item, pois centraliza a responsabilidade pelos itens interdependentes. Contudo, ainda persiste um risco logístico de coordenação entre os dois fornecedores e o ônus administrativo para a UFFS de gerir dois contratos paralelos.

5.2. Alternativa 2: Locação de Mobiliário e Equipamentos

- **Descrição Técnica e Operacional:** Esta alternativa consiste na locação dos itens de mobiliário e equipamentos sensoriais, em vez de sua aquisição definitiva. A UFFS pagaria um valor mensal por um conjunto de bens fornecidos por uma empresa especializada.
- **Custos Estimados:** Baixo custo inicial de investimento (não há despesa de capital). No entanto, representa um custo recorrente (despesa de custeio) que, a médio e longo prazo, tende a superar o valor de aquisição dos bens.
- **Disponibilidade e Padronização:** A disponibilidade de mercado para locação de um conjunto tão específico de itens é extremamente baixa ou nula. A solução seria, provavelmente, padronizada pelo locador e não customizada para o projeto da UFFS.
- **Riscos Associados:** O risco fundamental desta alternativa é sua **incapacidade de atender à necessidade principal**. A maior parte do projeto não pode ser atendida por meio de locação. A contratação por este modelo resultaria em uma solução fragmentada, incompleta e inadequada, falhando em criar o ambiente planejado.

5.3. Justificativa da Escolha da Solução

Com base na análise comparativa, a **Alternativa 2 (Locação de Mobiliário e Equipamentos)** é considerada **inviável e inadequada** para o atendimento da necessidade. A sua incapacidade de fornecer os componentes estruturais e de marcenaria customizada, que são o cerne do projeto, a desqualifica como uma solução completa e funcional.

Diante do exposto, entre as opções apresentadas, a **Alternativa 1 (Aquisição por Grupo de Itens)** é a única que possui o potencial de entregar o objeto em sua totalidade.

Portanto, justifica-se a adoção do modelo de **aquisição de bens e serviços**. Para fins de máxima segurança e eficiência, a contratação de todos os itens em um único lote (solução integrada completa) reduziria significativamente os riscos residuais de gestão e logística, tornando-se, assim, a solução tecnicamente mais segura e gerenciável.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Objeto da Contratação

Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais e execução de serviços de instalação de uma **Solução Integrada de Sala de Acolhimento Sensorial**, contemplando a montagem de estruturas de marcenaria, mobiliário fixo e solto, e equipamentos, em conformidade com as especificações técnicas, condições de entrega e garantia detalhadas neste documento. A contratação ocorrerá em lote único, com montagem imediata, visando garantir a plena compatibilidade e funcionalidade do ambiente.

6.2. Especificações Técnicas Mínimas

A solução deverá ser composta pelos seguintes itens, admitindo-se produtos similares desde que possuam qualidade, desempenho e características equivalentes ou superiores às especificadas.

6.2.1. Estrutura e Marcenaria Fixa A estrutura deverá ser executada para criar as áreas funcionais da sala, com os seguintes componentes e padrões mínimos:

- **Estruturas Gerais:** Inclui o fechamento de paredes, sobreposição, divisórias e rebaixamento de teto.
 - **Divisórias:** Aproximadamente 10,55 metros lineares com 2,75 m de altura, em painéis duplos de MDF com 18mm de espessura mínima, com estrutura metálica interna.
 - **Rebaixamento de teto:** Cerca de 19,3 m² em painéis de MDF com 18mm de espessura mínima, com estrutura de fixação à laje.
 - **Acabamento Padrão:** MDF padrão melamínico Carvalho Arauco ou similar para as estruturas principais, e MDF padrão melamínico Sálvia Arauco ou similar para detalhes e frentes. O interior dos armários deverá ser em melamina branca.
- **Mobiliário Fixo:**
 - **Tablado Acessível:** Em formato sinuoso e estruturado para suportar o trânsito de pessoas, com pés niveladores.
 - **Bancadas de Escritório:** 2 unidades em formato "L", projetadas para acessibilidade (PCD), com móvel baixo de 3 gavetões cada.
 - **Armário:** 1 unidade com 2 portas e prateleiras internas, medindo aproximadamente 1,38 x 2,20 x 0,55 m.
 - **Móvel Multiuso:** Estrutura integrada com dimensões aproximadas de 4,40 x 2,40 x 0,60 m, contendo nicho para leitura, bancos estofados, prateleiras, armário e mesa.
 - **Bancada para Lanches:** Com dimensões aproximadas de 2,20 x 1,06 x 0,60 m, contendo portas e gavetas.
 - **Painéis de Revestimento:** Para paredes, incluindo um trecho de 6,60 m que deverá receber fita de LED dimerizável já instalada na marcenaria.

6.2.2. Mobiliário Solto e Itens de Acolhimento

- **Balanco Ninho Suspenso:** 1 unidade, com estrutura em alumínio e revestimento em fibra sintética. Deverá ter dimensões aproximadas de 1,17 x 1,17 x 0,75 m, capacidade para suportar no mínimo 180 kg, e ser entregue com estofado em tecido impermeável, corrente e mosquetões para fixação. Referência: Hungria (Trama Original) ou similar.
- **Itens Estofados:**
 - 1 Colchonete tipo futon (0,88 x 1,88 x 0,05 m).
 - 6 Almofadas (0,60 x 0,60 m).
 - 12 Almofadas (0,45 x 0,45 m), sendo 6 em suede azul marinho e 6 em suede verde sálvia.
 - O tecido para os bancos e futon deverá ser do tipo Facto padrão linho cinza ou similar em durabilidade e facilidade de limpeza.

6.2.3. Equipamentos de Iluminação e Suportes

- **Iluminação Geral:** 2 trilhos eletrificados com spots de LED, com temperatura de cor de 6000K e potência mínima de 5W cada.
- **Iluminação de Aconchego:** 1 arandela de parede articulada com lâmpada LED bulbo E27, temperatura de cor de 3000K e potência mínima de 9W.
- **Iluminação de Móveis:** 3 spots de embutir redondos para móveis, com LED integrado, temperatura de 3000K, e 1 fita de LED dimerizável instalada na marcenaria.
- **Suportes:** 1 gancho extensor para teto, em aço, para instalação do balanço e 2 suportes de parede para bola suíça (pilates).

6.3. Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

- As condições de garantia, manutenção e assistência técnica encontram-se pormenorizadas nos itens 5.4 e 5.5 do Termo de Referência.

6.4. Demandas Acessórias

- **Manuais e Documentação:** A contratada deverá entregar todos os manuais técnicos dos equipamentos eletrônicos instalados.
- **Termo de Garantia:** Deverá ser fornecido um Termo de Garantia formal e unificado, detalhando a cobertura e os prazos para cada componente da solução.
- **Justificativa:** O fornecimento de documentação é um requisito para a correta operação e manutenção dos equipamentos pela equipe da Universidade após o término da garantia.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Metodologia de Quantificação

Dada a natureza desta contratação, que visa à montagem de uma estrutura física única e permanente (Sala de Acolhimento Sensorial), os critérios de estimativa de quantitativos baseados em histórico de consumo, frequência de uso ou fatores sazonais não se aplicam diretamente.

A quantificação dos itens deriva integralmente de um projeto de design de interiores que considerou o espaço físico disponível na sala 218 do Bloco C do *Campus* Chapecó, o layout funcional e os elementos necessários para atender aos objetivos de acolhimento propostos, a partir do qual foram detalhadas as especificações da marcenaria, mobiliário, estofados e outros materiais necessários para a composição do ambiente.

Não foram identificados demonstrativos de contratos anteriores para um objeto com características idênticas, dada a natureza personalizada e inédita do projeto na unidade.

7.2. Detalhamento Quantitativo

A seguir, são listados os itens e suas respectivas quantidades, extraídos diretamente do documento técnico de referência. O desenho do móvel sob medida encontra-se no Anexo III do Termo de Referência.

a) Estrutura e Marcenaria Fixa:

- **Paredes divisórias:** 10,55 metros lineares, com 2,75 m de altura, em painéis duplos de MDF.
- **Rebaixamento de teto:** 19,3 m² em painéis de MDF.
- **Bancadas em "L":** 2 unidades, em MDF, formato "L", com mesa e móvel baixo de 3 gavetões cada.
- **Armário:** 1 unidade com 2 portas e prateleiras internas (1,38 x 2,20 x 0,55 m).
- **Painéis de revestimento de parede (cor Sálvia):** 7,60 metros lineares, com 2,75 m de altura.
- **Tablado acessível:** 1 unidade em formato sinuoso, executado em painéis de MDF.
- **Revestimento de parede (inferior):** 10,3 metros lineares, com 0,96 m de altura, em MDF, incluindo um trecho de 6,60 m com fita LED dimerizável.

- **Painéis de revestimento de parede (superior):** 6,60 metros lineares, com 2,15 m de altura.
- **Móvel multiuso (lanche/leitura):** 1 unidade (4,40 x 2,40 x 0,60 m) contendo gavetão, armário, prateleiras, mesa e bancos estofados.
- **Bancada para lanches:** 1 unidade (2,20 x 1,06 x 0,60 m) com portas e gavetas.

b) Acessórios de Marcenaria:

- **Puxadores para bancadas:** 6 unidades (3 por bancada).
- **Puxadores para armário:** 2 unidades.
- **Puxadores para bancada de lanches:** 5 unidades.

c) Itens de Acolhimento e Mobiliário Solto:

- **Colchonete tipo futon:** 1 unidade (0,88 x 1,88 x 0,05 m).
- **Almofadas (linho cinza):** 6 unidades (0,60 x 0,60 m).
- **Almofadas (suede azul marinho):** 6 unidades (0,45 x 0,45 m).
- **Almofadas (suede verde sálvia):** 6 unidades (0,45 x 0,45 m).
- **Balanço ninho suspenso:** 1 unidade (1,17 x 1,17 x 0,75 m) com capacidade para 180 kg.
- **Suporte de teto para balanço:** 1 unidade de gancho extensor (23 a 35 cm).
- **Suporte de parede para bola suíça:** 2 unidades com 38 cm de diâmetro.

d) Itens de Iluminação:

- **Trilhos eletrificados com spots LED:** 2 unidades.
- **Arandela de parede articulada:** 1 unidade, com lâmpada LED.
- **Spots de embutir LED para móveis:** 3 unidades.

7.3. Interdependências

- A execução desta contratação pressupõe a disponibilidade de um espaço físico (sala) no *Campus* Chapecó com pontos de energia elétrica compatíveis com os equipamentos a serem instalados. A instalação do balanço suspenso depende de uma laje ou viga que suporte a carga especificada.

7.4. Consultas ao almoxarifado e/ou Ata de Registro de Preços

- A equipe de planejamento verificou atas de registro de preços vigentes em 12 de setembro e realizou consulta ao almoxarifado no dia 15 de setembro de 2025, sendo que não foram encontradas atas e/ou materiais que atendam à demanda apresentada.

7.5. Disponibilidade de equipamentos similares na instituição

- A equipe de planejamento verificou o catálogo institucional em sendo que não foram encontradas atas cujos itens atendam à demanda apresentada.

7.6. Atendimento por contratos vigentes

- A equipe de planejamento consultou os contratos da UFFS, sendo que não há contrato vigente que atenda à demanda apresentada.

7.7. Requisitos de Entrega e Instalação

- A contratada será responsável por todos os custos e logísticas de frete, entrega, descarga e montagem dos itens no local designado pela UFFS – *Campus* Chapecó.
- A instalação deve ser completa, incluindo fixações, ligações elétricas dos equipamentos de iluminação e todos os ajustes necessários para o perfeito funcionamento da sala.
- O prazo máximo para a entrega e conclusão da instalação será de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento/Serviço.
- Ao final da instalação, a contratada deverá realizar a limpeza completa da área e remover todas as embalagens e resíduos gerados.

Justificativa: A definição de um prazo e a exigência de uma entrega completa (entrega única) são essenciais para garantir que a Universidade receba a solução pronta para uso, sem custos ocultos, e dentro de um cronograma que atenda às necessidades acadêmicas.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 92.417,92

8.1. Metodologia de Pesquisa de Preços

A estimativa do valor da contratação foi realizada em conformidade com o Art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e a Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 08 de julho de 2021. A definição se deu a partir do projeto elaborado e diálogo com fornecedores locais. Também foi feita uma pesquisa prévia em mídia especializada para itens comuns, buscando refletir o valor de mercado para o objeto pretendido.

8.2. Definição do Valor Estimado da Contratação:

O valor estimado para a presente contratação, que serve como parâmetro inicial para estimativa de preço máximo no processo licitatório, é de **R\$ 92.417,92 (noventa e dois mil, quatrocentos e dezessete reais e noventa e dois centavos)**. Este valor inclui todos os custos diretos e indiretos, como materiais, montagem, impostos, frete e lucro da contratada e será atualizado por nova e ampliada pesquisa de preços até a elaboração do Termo de Referência.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Conforme determina a Lei nº 14.133/2021 e a Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União (TCU), o parcelamento do objeto é a regra nas contratações públicas, devendo ser adotado sempre que for técnica e economicamente viável, sem prejuízo à funcionalidade do conjunto.

A seguir, procede-se à análise da aplicabilidade do parcelamento para a contratação da Sala de Acolhimento Sensorial.

9.1. O objeto é tecnicamente divisível?

Os itens que compõem a Sala de Acolhimento Sensorial **não são tecnicamente divisíveis**, uma vez que constituem um conjunto integrado e interdependente, cuja funcionalidade depende da compatibilidade entre os móveis sob medida, os equipamentos sensoriais e os elementos de ambientação.

9.2. Há prejuízo à padronização, interoperabilidade ou integridade da solução?

Sim, haveria um prejuízo severo e direto. A Sala de Acolhimento Sensorial não é uma mera soma de itens, mas um **sistema integrado** cuja eficácia depende da perfeita harmonia, padronização e interoperabilidade entre todos os seus componentes. O parcelamento criaria um risco inaceitável de:

- **Perda da Padronização:** Variações nos padrões de cor, textura e acabamento entre os diferentes fornecedores, comprometendo a coesão estética e o propósito terapêutico do ambiente.
- **Falha de Interoperabilidade:** Incompatibilidade dimensional e técnica, como um nicho feito pela marcenaria que não comporta o equipamento de iluminação adquirido de outro fornecedor.
- **Comprometimento da Integridade:** O resultado final seria uma colcha de retalhos, e não a solução coesa e funcional descrita no projeto. A integridade do ambiente, que é o cerne da necessidade, seria perdida.

9.3. Existem riscos operacionais, logísticos ou de responsabilidade que desaconselham a divisão?

Sim, os riscos são elevados e desaconselham fortemente a divisão.

- **Riscos Operacionais e Logísticos:** O parcelamento transferiria para a UFFS a complexa tarefa de gerenciar e sincronizar múltiplos fornecedores e cronogramas. Atrasos na marcenaria impediriam a instalação do mobiliário, e assim sucessivamente, criando um efeito cascata de difícil gestão.
- **Risco de Responsabilidade Contratual:** Em caso de falha, seria extremamente difícil determinar o responsável. Se um equipamento de iluminação queimar prematuramente, a falha foi do produto, da instalação elétrica realizada pela equipe da marcenaria, ou de uma incompatibilidade no projeto? O parcelamento cria uma diluição de responsabilidade que prejudica a Universidade. A contratação única centraliza a responsabilidade, garantindo um único ponto de contato para a solução de quaisquer problemas.

9.5. Decisão e Fundamentação

Diante da análise realizada, e em consonância com o entendimento do TCU (Súmula nº 247), a Administração fundamentadamente decide pelo **NÃO PARCELAMENTO** do objeto.

A presente contratação se enquadra na exceção à regra do parcelamento, pois, embora os itens sejam tecnicamente divisíveis, a divisão do objeto:

- 1. **Compromete a funcionalidade** e a integridade da solução, que é um sistema coeso;
- 2. É **economicamente desvantajosa**, ao acarretar altos custos de gestão e riscos financeiros;
- 3. Gera **riscos operacionais e de responsabilização** inaceitáveis para a Administração.

Dessa forma, a contratação em **lote único**, por preço global, é a medida que assegura a obtenção da solução com a qualidade necessária e que melhor atende aos princípios da eficiência, da economicidade e, em última análise, do interesse público.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Para assegurar a eficácia da solução e a gestão integrada dos recursos públicos, foi realizada a análise de outras contratações que possuem correlação ou interdependência com a implantação da Sala de Acolhimento Sensorial.

10.1. Identificação de Contratações Correlatas e Interdependentes

A presente contratação possui interdependência com contratos de serviço contínuo já vigentes e correlação com aquisições futuras planejadas para complementar o ambiente.

- **Contratos Interdependentes (Vigentes):**
 - **Contrato de Serviços de Limpeza:** A manutenção da higiene e salubridade da nova sala dependerá da execução do contrato de limpeza já vigente no *Campus* Chapecó. Será necessário incluir o novo ambiente no roteiro de limpeza da empresa contratada.
 - **Contrato de Manutenção Predial:** Após o término da garantia, eventuais necessidades de reparos na estrutura física ou nas instalações elétricas da sala serão atendidas por meio do contrato de manutenção predial da Universidade.
- **Contratações Correlatas (Planejadas):**
 - **Aquisição de Materiais Terapêuticos e Sensoriais:** A presente contratação contempla a estrutura e o mobiliário essenciais. Planeja-se, para o próximo exercício, uma contratação complementar de menor vulto para a aquisição de itens específicos de estimulação sensorial (ex: cobertores ponderados, texturas táteis, difusores de aroma) e terapêuticos, como duas **bolas suíças de pilates** para o suporte já previsto no projeto.
 - **Aquisição de Recursos de Tecnologia Assistiva:** Em um terceiro momento, poderá ser avaliada a necessidade de adquirir equipamentos de tecnologia assistiva, como tablets com softwares de comunicação alternativa, que não fazem parte do escopo atual.

A execução não depende de ações de outras unidades externas à UFFS ou de convênios.

10.2. Harmonização com o Plano de Contratações Anual (PCA)

A presente demanda foi devidamente inserida no **Plano de Contratações Anual (PCA) da UFFS para o exercício de 2025**. Esta inclusão assegura que a contratação está alinhada ao planejamento estratégico da instituição, evita a duplicidade de esforços com outras demandas e garante a devida previsão orçamentária, em harmonia com as demais aquisições planejadas pela Universidade.

10.3. Conclusão sobre a Autonomia da Contratação

Justifica-se que a presente contratação **pode ocorrer de forma autônoma**, pois seu objeto consiste em uma solução completa e funcional em si mesma: a entrega de uma sala estruturada, mobiliada e pronta para o uso inicial. A sua execução não é condicionada pela realização prévia de outras contratações.

Contudo, para que a sala atinja sua **eficácia plena** e os resultados pretendidos sejam maximizados, sua gestão deverá ser articulada com os contratos de serviço contínuo (limpeza e manutenção) e complementada, no futuro, pelas aquisições correlatas planejadas. O cronograma desta contratação não necessita de coordenação direta com outros contratos de aquisição, mas o planejamento de seu uso deve considerar a estrutura de serviços já existente no campus.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A aquisição pretendida está prevista no PAC-2025, Projeto de Compras nº 110/2025, DFD nº 426/2024 e está alinhada com o seguinte objetivo estratégico do Plano de Ação Institucional da UFFS:

PLANO DE AÇÃO DA UFFS	
Código do Plano de Ação	Objetivo da Ação Institucional

PROGRAD006	Programa Incluir
CCH090	Materiais Permanentes

11.2. Alinhamento ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2025-2032)

11.2.1. A aquisição pretendida se alinha aos seguintes objetivos, indicadores e metas:

11.2.1.1. Objetivo: E1.O1 Aperfeiçoar e fortalecer as políticas de graduação da UFFS;

11.2.1.2. Meta: E1.O1.M5 Fortalecer as ações do PIN, PROIMIGRANTE e Programa de Acessibilidade;

11.2.1.3. Indicador: E1.O1.M5.I5 Até 2026.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A presente contratação foi planejada para transcender a mera aquisição de bens e serviços, visando alcançar resultados estratégicos para a Universidade, com foco na eficiência, economicidade e, principalmente, no cumprimento de sua missão social de inclusão.

12.1. Ganhos de Eficiência e Otimização de Recursos

- **Otimização de Recursos Humanos:** A existência da Sala de Acolhimento Sensorial permitirá que a equipe multiprofissional do Setor de Assuntos Estudantis (SAE), incluindo psicólogos e assistentes sociais, atue de forma mais estratégica e preventiva. Em vez de despendendo tempo em atendimentos reativos a crises de sobrecarga sensorial, esses profissionais poderão utilizar a sala como uma ferramenta de apoio proativo, liberando tempo para o planejamento de outras ações de permanência e para atendimentos de maior complexidade.
- **Otimização de Recursos Financeiros:** A decisão pela contratação de uma solução integrada (lote único) representa um ganho de eficiência ao evitar os custos administrativos e os riscos financeiros de uma contratação parcelada, otimizando o valor investido de **R\$ 92.417,92** e garantindo a melhor relação custo-benefício.
- **Otimização de Recursos Materiais:** A contratação otimiza o uso do espaço físico do campus, transformando uma área comum em um ambiente especializado e de alto valor agregado para a comunidade acadêmica, que se tornará um ativo permanente da instituição.

12.2. Impacto na Força de Trabalho

A contratação não resultará em substituição ou liberação de força de trabalho interna, mas sim na sua **qualificação e redirecionamento**. A equipe do SAE será instrumentalizada com um recurso técnico de grande valor, permitindo uma reorganização das atividades para um modelo de atuação mais preventivo e eficaz. A sala não substitui o trabalho humano, mas o potencializa.

12.3. Análise Comparativa e Custo-Benefício

A análise de custo-benefício é realizada comparando-se a situação atual (ausência de contratação) com os resultados da solução proposta.

- **Cenário Atual (Sem a Sala):**
 - **Custos:** Não há um custo financeiro direto, mas existem altos **custos indiretos e de oportunidade**, como: horas de trabalho de servidores em atendimentos de crise, risco de passivos judiciais por falha na garantia de acessibilidade e, o mais grave, o custo social da evasão estudantil.
- **Cenário Proposto (Com a Sala):**
 - **Custo:** Investimento único estimado em **R\$ 92.417,92**.
 - **Benefícios:**
 1. Aumento da taxa de permanência e êxito acadêmico do público-alvo.
 2. Cumprimento da legislação de inclusão (LBI - Lei nº 13.146/2015).
 3. Melhora da saúde mental e do bem-estar na comunidade acadêmica.
 4. Fortalecimento da imagem da UFFS como instituição inclusiva.

A relação custo-benefício é altamente positiva. O investimento pontual gera benefícios duradouros e estratégicos que superam em muito o valor despendido, transformando um cenário de risco e custo social em um de investimento e inclusão efetiva.

12.4. Indicadores de Resultados

Para mensurar objetivamente os resultados alcançados, serão monitorados os seguintes indicadores:

Indicador	Métrica de Aferição	Meta Esperada (Exemplo)	Periodicidade
1. Taxa de Utilização da Sala	Número de agendamentos/registros de uso por mês.	Atingir uma média de 10 utilizações por semana após o primeiro semestre de funcionamento.	Mensal
2. Permanência do Público-Alvo	Comparativo da taxa de evasão de estudantes com TEA/TDAH/ansiedade (identificados).	Redução de 15% na taxa de evasão deste grupo no prazo de 2 anos.	Anual
3. Satisfação do Usuário	Pesquisa de satisfação com os estudantes que utilizam a sala.	Índice de satisfação "Bom" ou "Ótimo" igual ou superior a 85%.	Semestral
4. Redução de Atendimentos de Crise	Número de atendimentos emergenciais relacionados à sobrecarga sensorial registrados pelo SAE.	Redução de 25% no número de atendimentos de crise no primeiro ano.	Semestral

13. Providências a serem Adotadas

Para garantir a correta e eficiente execução do contrato, a Administração deverá adotar as seguintes providências antes de sua celebração, em conformidade com as melhores práticas de gestão e as exigências legais.

13.1. Designação e Capacitação dos Agentes de Contratação

- **Providência:** Designar formalmente, por meio de Portaria, um **Gestor do Contrato** e um **Fiscal Técnico do Contrato**.
 - **Perfil do Gestor:** Servidor com atribuições administrativas, preferencialmente lotado no *Campus* Chapecó, para realizar o acompanhamento gerencial, controle de prazos e pagamentos.
 - **Perfil do Fiscal Técnico:** Servidor com conhecimento técnico em edificações, arquitetura ou design de interiores, preferencialmente um arquiteto ou engenheiro da Secretaria Especial de Obras (SEO). Este perfil é crucial para avaliar a qualidade dos materiais (MDF, acabamentos), a correção da montagem estrutural e a adequação das instalações.
- **Capacitação:** O servidor designado como fiscal técnico deverá participar de uma reunião de alinhamento com a equipe demandante para compreender todos os detalhes técnicos e funcionais esperados da solução. Recomenda-se, ainda, que os designados possuam ou realizem capacitação sobre fiscalização de contratos sob a égide da Lei nº 14.133/2021.
- **Justificativa:** A medida atende ao Art. 117 da Lei nº 14.133/2021. A especificidade do objeto, que envolve marcenaria estrutural e instalações, exige um fiscal com conhecimento técnico que possa garantir que a entrega esteja em conformidade com o projeto, mitigando o risco de recebimento de um objeto com qualidade inferior.

13.2. Preparação da Estrutura de Fiscalização

- **Providência:** O gestor e o fiscal do contrato deverão elaborar, antes do início da execução, as ferramentas de apoio à fiscalização, incluindo:
 1. **Checklist de Recebimento:** Uma lista de verificação detalhada, baseada nas especificações técnicas do item 7 deste ETP, para guiar a inspeção final.
 2. **Diário de montagem simplificado:** Para registrar o andamento dos trabalhos, ocorrências, e comunicações com a contratada.
- **Justificativa:** A utilização de instrumentos padronizados torna a fiscalização mais objetiva, transparente e rastreável, fornecendo subsídios documentais para o ateste das faturas e para o recebimento definitivo do objeto.

13.3. Adequação da Infraestrutura e Logística

- **Providência:** O fiscal do contrato, em conjunto com a equipe de manutenção do *Campus* Chapecó, deverá realizar uma vistoria prévia no local exato da instalação para:
 1. Confirmar que a sala está desocupada e em condições de receber a estrutura.
 2. Verificar a adequação dos pontos de energia elétrica.
 3. Inspecionar a estrutura da laje para garantir que suportará a carga do balanço suspenso.
 4. Definir e comunicar os procedimentos de acesso e circulação da equipe da contratada no campus.

- **Justificativa:** Esta medida preventiva é crucial para mitigar o risco de atrasos e custos extras. A identificação de qualquer inadequação na infraestrutura existente antes do início dos trabalhos permite que a Administração tome as providências necessárias a tempo, evitando paralisações na execução do contrato.

13.4. Planejamento da Gestão Contratual Inicial

- **Providência:** A Administração deverá prever a realização de uma **reunião de início de contrato** (*kick-off meeting*) na primeira semana após a assinatura. Nela, o gestor e o fiscal se reunirão com o representante da contratada para alinhar o cronograma de execução, os canais de comunicação e os ritos de fiscalização.
- **Justificativa:** A reunião inicial é uma boa prática de gestão de contratos que visa a alinhar as expectativas de todas as partes, prevenir conflitos e garantir que a execução comece de forma organizada e transparente, estabelecendo uma base sólida para o sucesso do projeto.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A indicação precisa dos critérios sustentáveis e boas práticas de sustentabilidade para cada item deste estudo será realizada no Termo de Referência da contratação, com base nas orientações constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da DECOR/CGU /AGU e no Plano de Logística Sustentável da UFFS.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Após a análise detalhada de todos os aspectos que compõem a fase de planejamento desta contratação, desde a identificação da necessidade até as providências administrativas prévias, este documento apresenta a conclusão sobre a pertinência e adequação da solução proposta.

15.1. Síntese da Análise de Viabilidade

- **Eficácia, Eficiência e Suficiência:** A solução proposta — a implantação de uma Sala de Acolhimento Sensorial por meio de uma contratação integrada — resolve de forma **eficaz** a necessidade de prover um ambiente seguro e adequado para estudantes com necessidades sensoriais específicas. A abordagem é **eficiente**, pois otimiza recursos administrativos e mitiga riscos ao centralizar a responsabilidade em um único fornecedor. A solução é **suficiente**, pois as especificações técnicas e quantitativas foram baseadas em um projeto detalhado que contempla todos os elementos necessários para a plena funcionalidade do espaço.
- **Compatibilidade dos Parâmetros:** Os parâmetros definidos são plenamente compatíveis com os objetivos. As especificações técnicas garantem a qualidade e durabilidade; os quantitativos refletem o projeto arquitetônico; e o valor estimado de **R\$ 90.000,00** foi verificado ser compatível com os preços de mercado, assegurando a viabilidade econômica.
- **Melhor Aproveitamento dos Recursos Públicos:** Existem evidências robustas de que a contratação gerará o resultado esperado com o melhor aproveitamento possível dos recursos. A análise de custo-benefício (item 9) demonstrou que o investimento é superado pelos ganhos em inclusão, permanência estudantil e cumprimento da missão institucional. A decisão pelo não parcelamento (item 8) foi justificada como a forma mais segura e econômica de garantir a integridade da solução, evitando desperdício de recursos com retrabalho e falhas de integração.
- **Alinhamento Estratégico:** A contratação está em perfeita sintonia com o **interesse público**, materializado na garantia do direito à educação inclusiva. Alinha-se aos planos institucionais da UFFS e às políticas nacionais de assistência estudantil (PNAES) e de inclusão da pessoa com deficiência (LBI). Sua inclusão no Plano de Contratações Anual (PCA) confirma seu alinhamento ao planejamento estratégico da Universidade.

Não foram identificados motivos que desaconselhem o prosseguimento da contratação.

15.2. Declaração de Viabilidade e Recomendação

Diante de todo o exposto, este Estudo Técnico Preliminar conclui que a contratação para a implantação da Sala de Acolhimento Sensorial no *Campus* Chapecó é **plenamente adequada, viável e vantajosa** para o atendimento da necessidade da Administração.

A solução proposta é a que melhor responde ao problema identificado, com riscos mitigados, custos justificados e benefícios claros para a comunidade acadêmica e para a instituição.

Sendo assim, **recomenda-se o prosseguimento do processo de contratação**, com o encaminhamento dos autos para a elaboração do respectivo Termo de Referência e posterior fase de seleção do fornecedor, em conformidade com o rito da Lei nº 14.133/2021.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ROSENI MARIA ZUCONELLI

Integrante da equipe de planejamento

JOEL BAVARESCO

Integrante da equipe de planejamento

ITAMAR LUIZ BREYER

Integrante da equipe de planejamento

ADRIANA FREITAG MIGOTT

Integrante da equipe de planejamento

ALANA ZAMONER SBARAINI

Integrante da equipe de planejamento

CLAUDIA FELISBINO SOUZA

Integrante da equipe de planejamento

MATHEUS TODESCATT

Integrante da equipe de Planejamento

ITACIR CASARIN CAMELATTO

Integrante da equipe de Planejamento

DIEGO PALMEIRA RODRIGUES

Integrante da Equipe de Planejamento

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Matriz de Gerenciamento de Riscos 54/2025

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos	Responsável pela Edição	Data de Criação
54/2025	JOEL BAVARESCO	01/07/2025 16:36
Objeto da Matriz de Riscos		
Aquisição de móveis sob medida e equipamentos para a criação de uma Sala deAcolhimento Sensorial		

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Inexecução total ou parcial do objeto pelo fornecedor.	O fornecedor não entregar o objeto empenhado total ou parcialmente.	Gestão de Contrato	Administração	Médio	
Impactos						
1	Prejuízo para o público usuário, que fica sem o espaço para atendimento às necessidades específicas.					
Ações Preventivas						
P-01	Acompanhar a execução do empenho e, em caso de atraso na entrega, informar o fornecedor sobre a necessidade de atender as obrigações informadas no Termo de Referência.			Responsáveis: JOEL BAVARESCO, ZAMONER SBARAINI		ALANA
Ações de Contingência						
C-01	Realizar a notificação do fornecedor e, em caso de não cumprimento da obrigação, providenciar a abertura de processo administrativo sancionador.			Responsáveis: JOEL BAVARESCO, ZAMONER SBARAINI		ALANA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Móveis sob medida incompatíveis com o espaço físico	Medidas ou materiais utilizados incompatíveis com o projeto	Planejamento	Contratada	Alto	
Impactos						
1	Dificuldade com a usabilidade do espaço e inadequação estética					
Ações Preventivas						
P-01	Levantamento técnico detalhado do ambiente; aprovação prévia de projeto 3D			Responsável: ADRIANA FREITAG MIGOTT		
Ações de Contingência						
C-01	Ajuste do mobiliário in loco;			Responsáveis: ALANA ZAMONER SBARAINI, JOEL BAVARESCO		
C-02	Substituição de peças sob responsabilidade do fornecedor			Responsáveis: ALANA ZAMONER SBARAINI, JOEL BAVARESCO, CLAUDIA FELISBINO SOUZA		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Atraso na entrega e instalação dos materiais e equipamentos	Atraso por parte do fornecedor	Gestão de Contrato	Administração	Alto	
Impactos						
1	Atraso no atendimento ao público da sala de acolhimento sensorial					
Ações Preventivas						
P-01	Estabelecimento de cronograma contratual com penalidades por atraso			Responsáveis: JOEL BAVARESCO, ZAMONER SBARAINI, FREITAG MIGOTT		ALANA
Ações de Contingência						
C-01	Reprogramação das atividades de implantação			Responsáveis: ADRIANA FREITAG MIGOTT, JOEL BAVARESCO		
C-02	Comunicação antecipada às partes envolvidas			Responsáveis: CLAUDIA FELISBINO SOUZA, JOEL BAVARESCO		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	Escolha de materiais inadequados	Escolha de materiais inadequados (alérgicos, inseguros)	Planejamento	Administração	Médio	
	Impactos					
1	Problemas de alergia ou insegurança na utilização do espaço					
Ações Preventivas						
P-01	Definição de especificações técnicas com base em normas de segurança e acessibilidade			Responsáveis: ADRIANA FREITAG MIGOTT, CLAUDIA FELISBINO SOUZA		
Ações de Contingência						
C-01	Substituição dos itens não conformes com garantia contratual			Responsáveis: ALANA ZAMONER SBARAINI, JOEL BAVARESCO		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-05	Desgaste precoce dos equipamentos	Mau uso dos equipamentos e desgaste precoce	Gestão de Contrato	Administração	Alto	
Impactos						
1	Baixa durabilidade dos materiais da sala					
Ações Preventivas						
P-01	Treinamento e sinalização de boas práticas de uso			Responsáveis: ALANA ZAMONER SBARAINI, ADRIANA FREITAG MIGOTT		
Ações de Contingência						
C-01	Reparos emergenciais			Responsáveis: CLAUDIA FELISBINO SOUZA, JOEL BAVARESCO, ALANA ZAMONER SBARAINI		
C-02	Reposição conforme termo de garantia			Responsáveis: JOEL BAVARESCO, ALANA ZAMONER SBARAINI		

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

JOEL BAVARESCO

Integrante da equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 19/09/2025 às 16:35:25.

Gestão de Contrato

CLAUDIA FELISBINO SOUZA

Integrante da equipe de Planejamento



F0053 - TERMO DE REFERÊNCIA Nº 2/2025 - DPSA (10.50.05)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 03/11/2025 16:39)

ADRIANA FREITAG MIGOTT

ARQUITETO E URBANISTA

DPA (10.55.04)

Matrícula: ###646#1

(Assinado digitalmente em 04/11/2025 13:46)

CLAUDIA FELISBINO

TECNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

ACAD - CH (10.41.13)

Matrícula: ###656#1

(Assinado digitalmente em 03/11/2025 18:20)

DIEGO PALMEIRA RODRIGUES

CHEFE DE GABINETE - TITULAR

GR (10.57)

Matrícula: ###639#6

(Assinado digitalmente em 03/11/2025 17:03)

ITACIR CASARIN CAMELATTO

TECNICO EM ELETROTECNICA

SIET (10.55.02.01)

Matrícula: ###330#3

(Assinado digitalmente em 03/11/2025 16:37)

ITAMAR LUIZ BREYER

ADMINISTRADOR

DPGRAD (10.50.07)

Matrícula: ###923#9

(Assinado digitalmente em 03/11/2025 16:31)

JOEL BAVARESCO

CHEFE - TITULAR

DPSA (10.50.05)

Matrícula: ###512#6

(Assinado digitalmente em 03/11/2025 20:18)

MARILANE MARIA WOLFF PAIM

PRO-REITOR - TITULAR

PROGRAD (10.50)

Matrícula: ###035#4

(Assinado digitalmente em 03/11/2025 16:43)

MATHEUS TODESCATT

ENGENHEIRO-AREA

DMFO (10.55.02)

Matrícula: ###110#7

Visualize o documento original em <https://sipac.uffrs.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: 2,
ano: 2025, tipo: F0053 - TERMO DE REFERÊNCIA, data de emissão: 03/11/2025 e o código de verificação:
40d08cd209